



GIOVANNI ARRIGHI

GIOVANNI ARRIGHI

# O LONGO SÉCULO XX



CONTRAPONTO



A América do Norte e a Europa Ocidental ainda ditam as ordens no alto comando da economia mundial. Mas, no que concerne à expansão material dessa economia, o capitalismo do Leste Asiático já tomou a liderança. Essa tensão entre a potência financeira de velhos centros e a vitalidade produtiva de centros emergentes tem marcado, ao longo da história moderna, as fases de deslocamento das hegemônias e o fim de diferentes "ciclos sistêmicos de acumulação".

Que forças estão em vias de precipitar a crise terminal do atual regime de acumulação em escala mundial, e em que prazos devemos esperar que ela ocorra, fazendo com que o "século americano" — o "longo século XX" — chegue ao fim? Poderá a nação mais endividada do mundo manter-se como primeira potência? Uma nação insular, hoje militarmente insignificante e muito distante dos centros tradicionais, terá fôlego para liderar uma reorganização global do poder? Que vias de desenvolvimento alternativo estão ao alcance da economia mundial?

Giovanni Arrighi é doutor em economia e catedrático de sociologia em SUNY-Binghamton (EUA). Com este livro, recebeu o prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association em 1995.



moral". Como enfatizou Antonio Gramsci, com referência à hegemonia no plano nacional,

a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como "dominação" e como "liderança intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos antagonicos, que ele tende a "liquida" ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, a rigor, já deve exercer a "liderança" antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para conquistar tal poder); posteriormente, ele se torna dominante ao exercer o poder, mas, ainda que o detenha firmemente nas mãos, também tem que continuar a "liderar". (Gramsci, 1971, p. 57-8)

Essa é uma reformulação da concepção de Maquiavel sobre o poder como uma combinação de consentimento e coerção. A coerção implica o uso da força ou uma ameaça de força digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral. Nessa dicotomia, não há espaço para o instrumento mais característico do poder capitalista: o controle dos meios de pagamento. Na conceitualização gramsciana do poder, a área cinzenta que se situa entre a coerção e o consentimento é ocupada pela "corrupção" e pela "fraude".

Entre o consentimento e a força situa-se a corrupção/fraude (que é característica de certas situações em que é difícil exercer a função hegemônica e em que o uso da força é ariscado demais). Ela consiste em conseguir a desmoralização e a paralisação do antagonista (ou antagonistas) através da compra de seus líderes — quer às ocultas, quer, no caso de perigo iminente, de forma aberta —, a fim de semear a discórdia e a confusão em suas fileiras. (Gramsci, 1971, p. 80)

Em nossa esquematização, há muito mais do que corrupção e fraude na área opaca entre a coerção e o consentimento. Mas, até que venhamos a explorar essa área através da construção de ciclos sistêmicos de acumulação, presumiremos que entre a coerção e o consentimento não reside nenhuma fonte autônoma de poder mundial. A dominação será concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, será entendida como o poder *aditivo* que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano "universal" todas as questões que geram conflito.

É verdade que o Estado é visto como o instrumento de um grupo particular, destinado a criar condições favoráveis para a máxima expansão deste. Mas o desenvolvimento e a expansão do grupo específico são concebidos e apreendidos como sendo a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais". (Gramsci, 1971, p. 181-2)

A alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Não obstante, seguindo Gramsci, só falaremos de

hegemonia quando essa alegação for pelo menos parcialmente verdadeira e trouxer alguma contribuição para o poder do grupo dominante. Quando a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral for totalmente fraudulenta, estará criada uma situação, não de hegemonia, mas de fracasso da hegemonia.

Uma vez que a palavra hegemonia, em seu sentido etimológico de "liderança" e em seu sentido derivado de "dominação", normalmente se refere às relações entre Estados, é perfeitamente possível que Gramsci estivesse usando o termo metaforicamente, para esclarecer as relações entre os grupos sociais através de uma analogia com as relações entre os Estados. Ao transpor o conceito de hegemonia social de Gramsci das relações intra-estatais para as relações interestatais — como fazem explicitamente Arrighi (1982), Cox (1983, 1987), Keohane (1984a), Gill (1986, 1993) e Gill e Law (1988), entre outros —, podemos estar simplesmente retratando, no sentido inverso, o processo mental de Gramsci. Assim fazendo, ficamos diante de dois problemas.

O primeiro concerne ao duplo sentido de "liderança", sobretudo quando aplicada às relações entre Estados: Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante. Mas um Estado dominante também pode liderar no sentido de atrair os demais para sua própria via de desenvolvimento. Tomando de empréstimo uma expressão de Joseph Schumpeter (1963, p. 89), esse segundo tipo de liderança pode ser designado como "liderança contra a própria vontade", porque, no correr do tempo, aumenta a competição pelo poder, em vez de aumentar o poder do Estado hegemônico. Esses dois tipos de liderança podem coexistir, ao menos por algum tempo. Mas só a liderança no primeiro sentido define uma situação como hegemônica.

O segundo problema concerne ao fato de que é mais difícil definir um interesse geral no nível do sistema interestatal do que no plano dos Estados individualmente considerados. Neste segundo nível, o aumento do poder do Estado perante outros Estados é um componente importante e, por si só, constitui uma medida da busca exitosa de um interesse geral (isto é, nacional). Mas o poder, nesse sentido, não pode aumentar para o sistema de Estados como um todo, por definição. Pode aumentar, é claro, para um grupo particular de nações à custa de todas as outras, mas a hegemonia do líder desse grupo é, quando muito, "regional" ou "de coalizão", e não uma verdadeira hegemonia mundial.

As hegemônias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto

a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles.

É muito provável que as afirmações desse tipo sejam verdadeiras e confiáveis em condições de "caos sistêmico". "Caos" não é o mesmo que "anarquia". Embora seja comum usarem-se os dois termos indistintamente, a compreensão das origens sistêmicas das hegemônias mundiais exige que façamos uma distinção entre eles.

A "anarquia" designa a "ausência de um governo central". Nesse sentido, o moderno sistema de nações soberanas e o sistema de governo da Europa medieval, de que ele emergiu, classificam-se como sistemas anárquicos. Todavia, cada um desses dois sistemas teve ou tem seus próprios princípios, normas, regras e procedimentos implícitos e explícitos, que justificam nossa referência a eles como "anarquias ordenadas" ou "ordens anárquicas".

O conceito de "anarquia ordenada" foi originalmente introduzido por antropólogos que procuravam explicar a observável tendência dos sistemas "tribais" a gerar ordem a partir do conflito (Evans-Pritchard, 1940; Gluckman, 1963, cap. 1). Essa tendência mostrou-se atuante também nos sistemas de governo medieval e moderno, pois, também nesses sistemas, a "ausência de um governo central" não significou falta de organização e, dentro de certos limites, o conflito tendeu a gerar a ordem.

O "caos" e o "caos sistêmico", em contraste, referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de "ordem" — a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! — tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico.

Historicamente, os Estados que aproveitaram com êxito essa oportunidade fizeram-no reconstruindo o sistema mundial em bases novas e mais amplas, restabelecendo assim uma certa medida de cooperação interestatal. Em outras palavras, as hegemônias mundiais não "ascenderam" e "declinaram" num sistema mundial que se tenha expandido independentemente, com base numa estrutura invariável, definida ou daquela maneira. Ao contrário, o sistema mundial

de... as três hegemônias do capitalismo histórico: o sistema de cooperação interestatal, a base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos.

Essas reestruturações são um fenômeno característico do moderno sistema de governo, que emergiu da decadência e eventual desintegração do sistema de governo da Europa medieval. Como afirmou John Ruggie, há uma diferença fundamental entre os sistemas de governo (europeus) moderno e medieval. Ambos podem ser caracterizados como "anárquicos", mas a anarquia, no sentido de "ausência de um governo central", significa coisas diferentes, conforme os princípios com base nos quais as unidades do sistema sejam separadas umas das outras: "Se a anarquia nos diz que o sistema político é um campo segmentar, a diferenciação nos diz com base em que os segmentos são determinados" (Ruggie, 1983, p. 274, grifo no original).

O sistema medieval de governo consistia em cadeias de relações senhor-vassalo, baseadas num amálgama de propriedade condicional e autoridade privada. Em decorrência disso, "diferentes instâncias jurídicas foram geograficamente entrelaçadas e estratificadas, e as alianças plurais, as suzeranias assimétricas e os enclaves anômalos foram abundantes" (Anderson, 1974, p. 37-8). Além disso, as elites governantes eram extremamente móveis através do espaço dessas jurisdições políticas superpostas, podendo "viajar e assumir o governo de uma ponta a outra do continente, sem hesitação ou dificuldade". Por último, esse sistema de governo era "legitimado por corpos comuns de leis, religiões e costumes, que expressavam inclusive os direitos naturais pertinentes ao todo social formado pelas unidades constitutivas" (Ruggie, 1983, p. 275).

Em suma, tratava-se essencialmente de um sistema de governo segmentar; era a anarquia. Mas era uma forma de governo territorial segmentar que não tinha nenhuma das conotações de posse e exclusividade transmitidas pelo moderno conceito de soberania. Representava uma organização heterônoma dos direitos e reivindicações territoriais — do espaço político. (Ruggie, 1983, p. 275)

Em contraste com o sistema medieval, "o moderno sistema de governo consiste na institucionalização da autoridade pública em domínios jurisdicionais mutuamente excluídos" (Ruggie, 1983, p. 275). Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras; a mobilidade das elites dominantes pelas jurisdições políticas se torna mais lenta e acaba por ser suspensa; a lei, a religião e os costumes tornam-se "nacionais", ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano. Como disse Etiene Balibar (1990, p. 337),

uma divisão completa (sem "omissões") e não passível de sobreposição do território e das populações (e portanto, dos recursos) do mundo entre as entidades políticas é pré-requisito para a correspondência entre a forma nacional e

todos os outros fenômenos para os quais ela tende. (...) Para cada indivíduo, e para cada nação, seus "nacionais".

Esse "dever" do moderno sistema de governo esteve estreitamente associado ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de acumulação em escala mundial, como foi frisado na conceituação de Immanuel Wallerstein sobre o moderno sistema mundial como uma economia mundial capitalista. Em sua análise, a ascensão e expansão do moderno sistema interstatal foi tanto a principal causa quanto um efeito da interminável acumulação de capital. "O capitalismo pôde florescer precisamente porque a economia mundial teve dentro de seus limites não um, mas uma multiplicidade de sistemas políticos" (Wallerstein, 1974a, p. 348). Ao mesmo tempo, a tendência dos grupos capitalistas a mobilizar seus respectivos Estados para favorecer sua posição competitiva na economia mundial reproduziu continuamente a segmentação do domínio político em jurisdições separadas (Wallerstein, 1974b, p. 402).

No esquema aqui proposto, o estrito vínculo histórico entre o capitalismo e o moderno sistema interstatal é marcado, tanto pela contradição quanto pela unidade. Devemos levar em conta o fato de que "o capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, e é de se presumir que tenham dependido um do outro de algum modo, mas os capitalistas e os centros de acumulação de capital, muitas vezes, ofereceram uma resistência deliberada à ampliação do poder do Estado" (Tilly, 1984, p. 140). Em nossa exposição, a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação de capital. Se ela o fará ou não, depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência.

Assim, quando a competição interstatal assume a forma de intensos e prolongados conflitos armados, os custos dessa competição para as empresas capitalistas podem exceder os custos do governo centralizado que elas teriam de suportar num império mundial. Nessas circunstâncias, ao contrário, a lucratividade dos capitalistas pode muito bem ser minada e acabar sendo destruída por um desvio cada vez maior dos recursos para a iniciativa militar, e/ou por um desmantelamento cada vez maior das redes de produção e troca através das quais as empresas capitalistas se apropriam dos excedentes e os transformam em lucros.

Ao mesmo tempo, a competição entre empresas capitalistas não necessariamente promove a segmentação contínua do domínio político em jurisdições separadas. Também aqui, isso depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência, nesse caso, entre as empresas capitalistas. Quando essas empresas estão entrelaçadas em densas redes transestatais de produção e troca, a segmentação dessas redes em jurisdições políticas distintas pode ter uma influência prejudicial na situação de qualquer empresa capitalista em relação às instituições não capitalistas. Nessas circunstâncias, é bem

Forças e instituições não capitalistas

modos de gov. / As três instituições do capitalismo histórico

possível que as empresas capitalistas mobilizem os governos para que reduzam a divisão política da economia mundial, em vez de aumentá-la ou reproduzi-la. Em outras palavras, a competição interstatal e intertemporal pode assumir formas diferentes, e a forma que assumir tem consequências importantes para o modo como o moderno sistema mundial — enquanto modo de governo e enquanto modo de acumulação — funciona ou deixa de funcionar. Não basta enfatizar a ligação histórica entre a concorrência interstatal e a interempresarial. Devemos também especificar a forma que ela assume e como se modifica no correr do tempo. Só desse modo podemos apreciar plenamente a natureza evolutiva do sistema mundial moderno e o papel desempenhado por sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema, a fim de solucionar a contradição recorrente entre uma "interminável" acumulação de capital e uma organização relativamente estável do espaço político.

Central para esse entendimento é a definição de "capitalismo" e "territorialismo" como modos opostos de governo ou de lógica do poder. Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/q capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital.

Parafraseando a fórmula geral de Marx sobre a produção capitalista (DMD); podemos traduzir a diferença entre essas duas lógicas do poder pelas fórmulas TDT' e DTD', respectivamente. Segundo a primeira fórmula, o domínio econômico abstrato, ou o dinheiro (D), é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de territórios adicionais (T' - T = + AT). De acordo com a segunda fórmula, o território (T) é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de meios de pagamento adicionais (D' - D = + AD).

A diferença entre essas duas lógicas também pode ser expressa pela metáfora que define os Estados como "continentes de poder" (Giddens, 1987). Os governantes territorialistas tendem a aumentar seu poder expandindo as dimensões de seu "continente". Os governantes capitalistas, em contraste, tendem a aumentar seu poder acumulando riqueza dentro de um pequeno "continente", e a só aumentar as dimensões deste último se isso for justificável pelos requisitos da acumulação de capital.

A antinomia entre a lógica capitalista e a lógica territorialista do poder não deve ser confundida com a distinção de Charles Tilly entre um modo de gestão do Estado e da guerra "com alto coeficiente de coerção", outro "com alto coeficiente de capital", e um modo intermediário de "coerção capitalizada". Esses modos, como explica Tilly (1990, p. 30), não representam "estratégias" alterna

Forças e instituições não capitalistas

tivas de poder. Representam, antes, diferentes combinações de coerção e capital em processos de gestão do Estado e da guerra que podem ser orientados para um mesmo objetivo, no que concerne à aquisição de controle sobre o território/população ou sobre os meios de pagamento. Esses "modos" são neutros quanto à finalidade do processo de gestão do Estado para o qual contribuem.

Tal como definidos aqui, em contraste, capitalismo e territorialismo representam estratégias alternativas de formação do Estado. Na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio. Essa antinomia não implica coisa alguma no tocante à intensidade da coerção empregada na busca do poder por qualquer dessas estratégias. Como vemos, a república veneziana, no auge de seu poder, era, ao mesmo tempo, a mais clara encarnação de uma lógica capitalista do poder e de uma formação estatal intensamente coercitiva. O que essa antinomia implica é que o aspecto realmente inovador do processo de formação do Estado veneziano e do sistema de cidades-Estados a que Veneza pertencia não foi com que intensidade esse processo dependeu da coerção, mas com que intensidade ele se orientou para a acumulação de capital, e não para a incorporação de territórios e populações.

A estrutura lógica da ação estatal no que diz respeito à aquisição de territórios e à acumulação de capital não deve ser confundida com os resultados efetivos. Historicamente, as lógicas capitalista e territorialista do poder não funcionaram isoladamente uma da outra, mas relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal. Como consequência, os resultados desviavam-se significativamente, ou até diametralmente, do que estava implícito em cada lógica, concebida em termos abstratos.

Assim, historicamente, a tendência mais acentuada para a expansão territorial brotou da sementeira do capitalismo político (a Europa), e não da sede do império territorialista mais desenvolvido e mais bem estabelecido (a China). Essa discrepância não se deveu a diferenças iniciais de capacidade. "Pelo que nos dizem os historiadores e arqueólogos sobre o tamanho, o poder e a qualidade naval da marinha de Cheng Ho", observa Paul Kennedy (1987, p. 7), "os chineses bem poderiam ter sido capazes de circunavegar a África e 'descobrir' Portugal, várias décadas antes que as expedições de Henrique, o Navegador, começassem a abrir caminho insistentemente ao sul de Ceuta." Depois das exitosas expedições do almirante Cheng Ho ao oceano Índico, entretanto, a China da dinastia Ming recolheu sua frota, restringiu o comércio marítimo e suspendeu relações com as nações estrangeiras. Segundo Janet Abu-Lughod, a razão pela qual a China dos Ming decidiu fazer isso, em vez de dar os últimos passos para se tornar realmente hegemônica no sistema mundial eurasiático, "tem confundido os estudiosos sé-

Exatamente o mesmo de 1570, esta é a origem de este estado

rios — a rigor, causado desespero entre eles —, pelo menos durante os últimos cem anos". Mais especificamente, depois de haver chegado

(...) perto de exercer o controle sobre uma parcela significativa do globo e de desfrutar de uma vantagem tecnológica, não apenas na produção dos tempos de paz mas também no poderio naval e militar (...), por que [a China] voltou as costas, recolheu sua esquadra e, com isso, deixou um enorme vazio de poder, que os mercadores muçulmanos, sem o apoio do poder marítimo estatal, estavam totalmente despreparados para preencher, mas que seus correspondentes europeus estavam mais do que dispostos e aptos a ocupar — depois de um hiato de uns setenta anos? (Abu-Lughod, 1989, p. 321-2)

Na verdade, é bastante simples descobrir a razão por que a China dos Ming absolveu-se deliberadamente de empreender o tipo de "descobrimento" e conquista do mundo em que sucessivas nações europeias começaram a concentrar suas energias e recursos, pouco tempo depois. Como assim! Eric Wolf a Ásia fora, desde a época dos romanos, uma fornecedora de produtos valorizados para as classes coleadoras de tributos da Europa e, com isso, havia exercido uma poderosa atração sobre os metais preciosos da Europa. Esse desequilíbrio estrutural do comércio europeu com o Oriente criava um forte incentivo para que os governos e os negociantes europeus buscassem meios e modos, através do comércio ou da conquista, de recuperar o poder aquisitivo que era implacavelmente drenado do Ocidente para o Oriente. Como observaria Charles Davenant no século XVII, quem controlasse o comércio asiático estaria em condições de "ditar as regras para todo o mundo comercial" (Wolf, 1982, p. 125).

Decorre daí que, para Portugal e outros Estados europeus, os benefícios que se poderiam esperar da descoberta e controle de uma rota direta para o Oriente eram incomparavelmente maiores do que, para a Espanha e os benefícios que se poderiam esperar da descoberta e controle de uma rota direta para o Ocidente. Cristóvão Colombo tropeçou nas Américas porque ele e seus patrocinadores de Castela tinham um tesouro a recuperar no Oriente. Cheng Ho não teve a mesma sorte, porque não havia nenhum tesouro a recuperar no Ocidente.

Em outras palavras, a decisão de não fazer o que os europeus fariam tempos depois é perfeitamente compreensível à luz de uma lógica territorialista do poder, que pesou cuidadosamente os benefícios, os custos e os riscos esperados do comprometimento de recursos adicionais na expansão territorial e comercial do império. Em relação a isso, convém notar que no caso da China Imperial não tem a menor validade a tese de Joseph Schumpeter (1955, p. 64-5) de que as organizações estatais pré-capitalistas caracterizaram-se por fortes tendências, sem propósitos claros, "para a expansão à força, sem limites utilitários definidos — isto é, inclinações puramente instintivas, insensatas e irracionais para a guerra e a conquista". Com o devido respeito a Schumpeter, uma lógica estritamente territorialista de poder, tal como conceituada aqui e idealmente tipificada pela



Por fim, a expansão territorialista que jamais caiu na armadilha do tipo de hiperexpansionismo a que Paul Kennedy (1987) atribuiu a eventual queda de sucessivas grandes potências ocidentais. O mais intrigante, em termos de uma lógica do poder estritamente territorialista, não é a falta de um impulso expansionista na China dos Ming, mas o expansionismo aparentemente ilimitado dos Estados europeus desde a segunda metade do século XV. Os extraordinários benefícios que os governos e empresas europeus puderam colher, ao assumir o controle do comércio na e com a Ásia, fornecem parte da explicação. Não obstante, eles não respondem às perguntas estritamente interligadas: (1) por que esse expansionismo sem precedentes começou quando começou; (2) por que prosseguiu, sem ser impedido pela queda de um Estado ocidental após outro, até a quase totalidade da superfície terrestre do planeta ter sido conquistada por povos de ascendência europeia; e (3) se e como esse fenômeno se relaciona com a formação contemporânea e a expansão igualmente explosiva do capitalismo como sistema mundial de acumulação e governo.

Na verdade, o Estado imperial chinês constituiu o mais claro exemplo histórico de uma organização territorialista que jamais caiu na armadilha do tipo de hiperexpansionismo a que Paul Kennedy (1987) atribuiu a eventual queda de sucessivas grandes potências ocidentais. O mais intrigante, em termos de uma lógica do poder estritamente territorialista, não é a falta de um impulso expansionista na China dos Ming, mas o expansionismo aparentemente ilimitado dos Estados europeus desde a segunda metade do século XV. Os extraordinários benefícios que os governos e empresas europeus puderam colher, ao assumir o controle do comércio na e com a Ásia, fornecem parte da explicação. Não obstante, eles não respondem às perguntas estritamente interligadas: (1) por que esse expansionismo sem precedentes começou quando começou; (2) por que prosseguiu, sem ser impedido pela queda de um Estado ocidental após outro, até a quase totalidade da superfície terrestre do planeta ter sido conquistada por povos de ascendência europeia; e (3) se e como esse fenômeno se relaciona com a formação contemporânea e a expansão igualmente explosiva do capitalismo como sistema mundial de acumulação e governo.

Investigação das origens, estrutura e evolução do moderno sistema interestatal. O aspecto crucial desse sistema foi a oposição constante entre as lógicas capitalista e territorialista do poder, bem como a recorrente resolução de suas contradições através da reorganização do espaço político-econômico mundial pelo principal Estado capitalista de cada época. Essa dialética entre capitalismo e territorialismo é anterior ao estabelecimento, no século XVII, de um sistema interestatal pan-europeu. Suas origens residem na formação, dentro do sistema medieval de governo, de um subsistema regional de cidades-Estados capitalistas no norte da Itália.

Inicialmente, o subsistema regional de cidades-Estados capitalistas que emergiu na Itália setentrional não foi mais do que um dos "enclaves anômalos" que

Repetição de texto sobre o sistema interestatal e o papel da Itália setentrional.

se multiplicaram no espaço político do sistema de governo medieval, como nos lembra Perry Anderson na passagem anteriormente citada. Mas, à medida que se acelerou a decadência do sistema de governo medieval, o enclave capitalista da Itália setentrional organizou-se num subsistema de jurisdições políticas, separadas e independentes, unidas pelo princípio do equilíbrio do poder e por densas e vastas redes de diplomacia com sedes permanentes. Como enfatizam McNeill (1984, cap. 3), de maneiras diferentes mas complementares esse subsistema de cidades-Estados, centrado em Veneza, Florença, Gênova e Milão — as "quatro grandes", como Robert Lopez (1976, p. 99) as denominou —, antecipou em pelo menos dois séculos muitas das principais características do moderno sistema interestatal. Como disse Ruggie (1993, p. 166), os europeus inventaram o Estado moderno, não uma, mas duas vezes, "uma nas grandes cidades do Renascimento italiano e outra, novamente, nos reinos situados ao norte dos Alpes, algum tempo depois".

Quatro grandes aspectos desse sistema foram prefigurados no subsistema de cidades-Estados da Itália setentrional. Primeiro, esse subsistema constituiu um sistema essencialmente capitalista de gestão do Estado e da guerra. O Estado mais poderoso do subsistema, Veneza, de fato, foi o protótipo do Estado capitalista, no duplo sentido de "exemplo perfeito" e "modelo para os exemplos futuros" desse tipo de Estado. Uma oligarquia mercantil capitalista detinha firmemente o poder estatal. As aquisições territoriais eram submetidas a criteriosas análises de custo-benefício e, em geral, só eram efetuadas como um meio visando à finalidade de aumentar a lucratividade do comércio da oligarquia capitalista que exercia o poder estatal (Cox, 1959, cap. 2-5; Lane, 1966, p. 57; Braudel, 1984, p. 120-1; Modelski e Modelski, 1988, p. 19-32).

Com a devida vênia de Sombart, se houve algum dia um Estado cujo executivo atendesse aos padrões do Estado capitalista descrito no *Manifesto comunista* ("apenas um comitê para administrar os negócios comuns de toda a burguesia" — Marx e Engels, 1967, p. 82), ele foi a Veneza do século XV. Vistos por esse ângulo, os grandes Estados capitalistas de épocas futuras (as Províncias Unidas, o Reino Unido, os Estados Unidos) afirmaram-se versões cada vez mais diluídas dos padrões ideais materializados por Veneza séculos antes.

Segundo, o "equilíbrio de poder" desempenhou um papel crucial em três níveis diferentes da promoção do desenvolvimento desse enclave de governo capitalista em pleno sistema medieval. O equilíbrio de poder entre as autoridades centrais do sistema medieval (o papa e o imperador) ajudou que um enclave capitalista organizado se estabelecesse no norte da Itália — o locus geopolítico desse equilíbrio. O equilíbrio de poder entre as próprias cidades-Estados da Itália setentrional ajudou a preservar sua separação e autonomia. E o equilíbrio de poder entre os Estados dinásticos emergentes da Europa Ocidental ajudou a impedir

Repetição de texto sobre o equilíbrio de poder e o desenvolvimento do sistema interestatal.

que a lógica do territorialismo cortasse pela raiz a ascensão de uma lógica capitalista no interior do sistema europeu de governo (cf. Mattingly, 1988; McNeill, 1984, cap. 3).

Assim, o equilíbrio de poder sempre foi parte integrante do desenvolvimento do capitalismo como modo de governo. Na verdade, ele pode ser interpretado como um mecanismo por meio do qual os Estados capitalistas, separadamente ou em conjunto, conseguem reduzir os custos de proteção, tanto em termos absolutos quanto em relação a seus concorrentes e rivais. Mas para que o equilíbrio de poder seja esse mecanismo, ou se transforme nele, o(s) Estado(s) capitalista(s) deve(m) estar em condições de manipular o equilíbrio em benefício próprio, em vez de ser(em) apenas um parafuso numa engrenagem que ninguém controla, ou que algum outro controla. Quando o equilíbrio de poder só pode ser mantido através de guerras repetidas e dispendiosas, a participação nele derruba a finalidade do(s) Estado(s) capitalista(s), pois o custo pecuniário dessas guerras tende, inevitavelmente, a ultrapassar seus benefícios pecuniários. O segredo do sucesso capitalista é fazer com que as próprias guerras sejam travadas por outros, se possível sem nenhum custo, e, se isso for inviável, com o menor custo possível.

Terceto: ao desenvolver relações de assalariamento no que Frederic Lane (1979) habilmente denominou de "indústria da produção de proteção", ou seja, a gestão da guerra e do Estado, as cidades-Estados italianas conseguiram transformar no menos uma parte de suas despesas de proteção em receita e, com isso, fazer com que as guerras se autocustassem.

Circulara dinheiro [suficiente] nas cidades italianas mais ricas para possibilitar aos cidadãos tributar a si mesmos e usar a receita para comprar os serviços de estrangeiros armados. Com o simples gasto de seus soldados, os soldados contratados repunham esses valores em circulação. Com isso, eles intensificaram as trocas mercantis que permitiram a essas cidades comercializar, antes de mais nada, a violência armada. Desse modo, o sistema emergente tendeu a conseguir sustentar a si mesmo. (McNeill, 1984, p. 74)

Na verdade, o sistema emergente só pôde tornar-se auto-suficiente até certo ponto. Segundo essa caracterização, as cidades-Estados italianas praticavam uma espécie de "keynesianismo militar" em pequena escala — uma prática mediante a qual os gastos militares aumentam a renda dos cidadãos do Estado que faz as despesas, com isso elevando a receita tributária e a capacidade de financiar novas rodadas de gastos militares. Como em todos os tipos subsequentes de keynesianismo militar, entretanto, a "auto-expansão" dos gastos militares foi rigorosamente limitada pelas fugas permanentes da demanda efetiva para outras jurisdições, pela inflação de custos e por outros efeitos redistributivos dos gastos militares crescentes, que reduziram a disposição das camadas capitalistas de tributar a si mesmas ou ser tributadas para esse fim.

Esse sistema de guerra e comércio de proteção permitiu que as cidades-Estados italianas se tornassem mais ricas e mais poderosas.

Quarto e último, os governantes capitalistas das cidades-Estados da Itália setentrional (mas uma vez, Veneza em primeiro lugar) assumiram a liderança do desenvolvimento de densas e vastas redes de diplomacia com sedes permanentes. Através dessas redes, eles adquiriram os conhecimentos e as informações necessárias às ambições e possibilidades dos outros governantes (inclusive os governantes territoriais do sistema de governo medieval mais amplo, dentro do qual funcionavam), que eram necessários para manipular o equilíbrio de poder, a fim de minimizar os custos de proteção. Assim como a lucratividade do comércio a longa distância dependia, de forma crucial, do controle quase monopolista da informação no mais amplo espaço econômico possível (Brandel, 1982), também a capacidade dos governantes capitalistas de administrar o equilíbrio de poder em benefício próprio dependia, novamente de forma crucial, de um conhecimento e uma capacidade de monitoração quase monopolistas dos processos decisórios dos outros governantes.

Era essa a função da diplomacia residente. Comparados aos governantes territoriais, os governantes capitalistas tinham motivações mais fortes e oportunidades maiores de promover o desenvolvimento, motivações mais fortes, porque o conhecimento superior das ambições e possibilidades dos governantes era essencial à administração do equilíbrio de poder, que, por sua vez, era central para se economizar na gestão do Estado e da guerra; oportunidades maiores, porque as redes de comércio a longa distância, controladas pelas oligarquias capitalistas, proporcionavam uma base pronta e autofinanciada, sobre a qual se podiam construir redes diplomáticas (Mattingly, 1988, p. 58-60). Seja como for, as realizações da diplomacia na consolidação do sistema de cidades-Estados da Itália setentrional — muito especialmente o Pacto de Lodi, de 1454 — forneceram um modelo para a formação, dois séculos depois, do sistema europeu de Estados nacionais (Mattingly, 1988, p. 178).

Portanto, a acumulação de capital proveniente do comércio a longa distância e das altas finanças, a administração do equilíbrio do poder, a comercialização da guerra e o desenvolvimento da diplomacia residente complementaram-se mutuamente e, durante um século ou mais, promoveram uma extraordinária concentração de riqueza e poder nas mãos das oligarquias que dominavam as cidades-Estados do norte da Itália. Por volta de 1420, as principais dessas cidades-Estados não apenas funcionavam como grandes potências na política europeia (McNeill, 1984, p. 78), mas tinham receitas que podiam ser muito favoravelmente comparadas com as dos Estados dinásticos mais bem-sucedidos da Europa Ocidental e do noroeste europeu (Brandel, 1984, p. 120). Com isso, elas mostraram que até os pequenos territórios podiam transformar-se em imensos continentes de poder, buscando acumular apenas riqueza, em vez de adquirir mais territórios e súditos. Daí por diante, as "considerações de abastança" iriam tornar-se centrais nas "considerações de poder" em toda a Europa.

Esse sistema de guerra e comércio de proteção permitiu que as cidades-Estados italianas se tornassem mais ricas e mais poderosas.



Mas, individual ou coletivamente, as cidades-Estados italianas nunca tentaram promover uma transformação deliberada do sistema de governo medieval. Por razões que se evidenciarão mais adiante, elas não tinham nem o desejo nem a capacidade de realizar essa ação transformadora. Mas dois séculos teriam que passar — de mais ou menos 1450 até cerca de 1650 (o "longo século XVI" de Brandel) — para que um novo tipo de Estado capitalista, as Províncias Unidas, tivesse e aproveitasse a oportunidade de transformar o sistema de governo europeu, de modo a atender às necessidades de uma acumulação de capital em escala mundial.

Essa nova situação surgiu como resultado de um salto quantitativo na luta europeia pelo poder, precipitado pelas tentativas de governantes territorialistas de incorporar em seus domínios — ou impedir que outros incorporassem — a riqueza e o poder das cidades-Estados italianas. Como se constatou, a conquista direta revelou-se impossível, por causa, principalmente, da competição entre os próprios governantes territorialistas. Nessa luta pelo impossível, contudo, alguns Estados territoriais seletos — a Espanha e a França, em particular — desenvolveram novas técnicas de guerra (os tercios espanhóis, os exércitos profissionais permanentes, canhões móveis para os cercos, novas fortificações etc) que lhes deram uma vantagem decisiva em termos de poder frente aos outros governantes, inclusive as autoridades supra-estatais e subestatais do sistema de governo medieval (cf. McNeill, 1984, p. 79-95).

A intensificação da luta pelo poder na Europa logo se fez acompanhar por uma expansão geográfica. Alguns governantes territorialistas buscaram meios mais indutivos de incorporar em seus domínios a riqueza e o poder das cidades-Estados italianas. Em vez de buscar a anexação dessas cidades-Estados, ou além disso, esses governantes tentaram conquistar as próprias fontes de sua riqueza e poder, os circuitos do comércio de longo curso.

Mais especificamente, o sucesso das cidades-Estados italianas em geral, e de Veneza em particular, baseava-se, acima de tudo, no controle monopolista de um elo crucial na cadeia de trocas comerciais que ligava a Europa Ocidental à Índia e à China, através do mundo islâmico. Nenhum Estado territorial tinha força suficiente para tomar posse desse monopólio, mas alguns governantes territorialistas podiam tentar — e tentaram — estabelecer uma ligação mais direta entre a Europa Ocidental e a Índia e a China, a fim de desviar os fluxos monetários e os suprimentos dos circuitos comerciais venezianos para os deles mesmos. Portugal e Espanha tomaram a dianteira, liderados e assistidos por agentes capitalistas genoveses expulsos por Veneza do comércio mais lucrativo do Mediterrâneo. Enquanto Portugal teve êxito, a Espanha fracassou, mas tropeçou numa fonte intrinsecamente nova de riqueza e poder: as Américas.

A intensificação e a expansão global da luta europeia pelo poder alimentaram-se mutuamente e, com isso, geraram um ciclo vicioso/virtuoso — vicioso

para suas vítimas, virtuoso para seus beneficiários — de uma quantidade cada vez maior de recursos meios e de técnicas crescentemente sofisticadas e dispendiosas de gestão do Estado e da guerra, usados na luta pelo poder. Técnicas que se haviam desenvolvido na luta dentro da Europa foram usadas para subjugar territórios e comunidades extra-europeus; riqueza e poder provenientes da subjugação desses territórios e comunidades foram usados na luta dentro da Europa (McNeill, 1984, p. 94-5, 100ss).

Inicialmente, o Estado que mais se beneficiou desse círculo vicioso/virtuoso foi a Espanha, o único a ser protagonista simultâneo da luta pelo poder nas frentes europeias e extra-europeias. Durante todo o século XVI, o poder da Espanha ultrapassou o dos outros Estados europeus sem exceção, por uma boa margem. Esse poder, contudo, ao invés de ser usado para supervisionar uma transição suave para o moderno sistema de governo, tornou-se um instrumento da Casa Imperial dos Habsburgo e do papado para salvar o que pudesse ser salvo do sistema de governo medieval, então em processo de desintegração.

Na realidade, pouco ou nada podia ser salvo, porque o salto quantitativo havido na luta europeia pelo poder desde meados do século XV levava a desintegração do sistema medieval para além de um ponto de irreversibilidade. Haviam emergido no noroeste da Europa novas realidades de poder, que, em graus variáveis, tinham incluído a lógica capitalista de poder na lógica territorialista. O resultado foi a formação de mini-impérios compactos cujos melhores exemplos foram os Estados dinásticos francês, inglês e suéco. Individualmente, eles não podiam equiparar-se ao poderio da Espanha, mas coletivamente não podiam ser subordinados a nenhuma autoridade política central, velha ou nova. A tentativa da Espanha, juntamente com o papado e a Casa Imperial de Habsburgo, de desfazer ou subordinar essas novas realidades de poder não apenas fracassou, como também traduziu-se numa situação de caos sistêmico que criou as condições para a ascensão da hegemonia holandesa e a liquidação final do sistema de governo medieval.

O conflito sofreu uma rápida escalada, que superou as capacidades reguladoras do sistema de governo-medieval e transformou suas instituições noutras tantas novas causas de conflito. Como consequência, a luta europeia pelo poder tornou-se cada vez mais um jogo de soma negativa, no qual todos os governantes europeus, ou a maioria deles, começaram a se dar conta de que não tinham nada a ganhar e tudo a perder com sua continuação. O fator mais importante, nesse aspecto, foi a súbita escalada do conflito social sistêmico, que o converteu numa séria ameaça ao poder coletivo dos governantes europeus.

Como escreveu Marc Bloch, "[a] revolta dos camponeses era tão comum na Europa do início da Idade Moderna quanto são as greves nas sociedades industrializadas de hoje" (citado em Parker e Smith, 1985). Mas, no fim do século XVI e sobretudo na primeira metade do século XVII, essa inquietação rural foi agravada

da por revoltas urbanas numa escala sem precedentes — revoltas que eram di-  
rígidas, não contra os "empregadores", mas contra o próprio Estado. Na Ingla-  
terra, a Revolução Puritana foi o episódio mais dramático dessa explosiva com-  
binação de revoltas rurais e urbanas, mas quase todos os governantes europeus  
foram diretamente afetados ou se sentiram seriamente ameaçados pela subleva-  
ção social (Parker e Smith, 1985, p. 12ss).

Essa intensificação sistêmica do conflito social foi um resultado direto da es-  
calada, que a antecedeu e ainda estava em curso, dos conflitos armados entre os  
governantes. De cerca de 1550 até aproximadamente 1640, o número de solda-  
dos mobilizados pelas grandes nações da Europa mais do que duplicou, e de 1530  
a 1630 o custo da colocação de cada um desses soldados no campo de batalha  
leve um aumento médio de cinco vezes (Parker e Smith, 1985, p. 14). Essa esca-  
lada dos custos de proteção levou a um aumento acentuado da pressão fiscal so-  
bre os súditos, que, por sua vez, desencadeou muitas das revoltas do século XVII  
(Steensgaard, 1985, p. 42-4).

Paralelamente a essa escalada dos custos de proteção, houve uma escalada na  
luta ideológica. A progressiva desarticulação do sistema de governo medieval le-  
vou a uma mistura de propostas religiosas inovadoras e reafirmadoras, vindas de  
cima, seguindo o princípio do *cuius regio eius religio*,\* que provocou o resenti-  
mento popular e rebeliões contra ambas (Parker e Smith, 1985, p. 15-8). A medi-  
da que os governantes transformaram a religião num instrumento de suas lutas  
pelo poder, os súditos seguiram seu exemplo e transformaram a religião num  
instrumento de insurreição contra os governantes.

Por fim, mas não menos importante, a escalada dos conflitos armados entre  
os governantes desarticulou as redes transeuropeias de comércio, de que eles de-  
pendiam para obter recursos de guerra e de que os súditos dependiam para  
sobreviver. Os custos e riscos do deslocamento de mercadorias através das ju-  
risdições políticas aumentaram dramaticamente, e o abastecimento foi desviado  
da provisão de meios de subsistência para a provisão de meios de guerra. E ficou  
supor que essa ruptura e essa distorção dos fluxos comerciais tenham contribuí-  
do, de um modo muito mais decisivo do que os fatores demográficos e climá-  
ticos, para o súbito agravamento do problema da viabilidade e para a "crise de  
subsistência", que constituíram o pano de fundo social e econômico da crise ge-  
ral de legitimidade do século XVII (cf. Braudel e Spooner, 1967; Romano, 1985;  
Goldstone, 1991).

Quaisquer que tenham sido as tendências que causaram a insurgência po-  
pular, o resultado foi um aguçamento da consciência, entre os governantes eu-  
ropeus, de seu interesse comum de poder perante seus súditos. Como declarou  
Jaime I numa etapa inicial da crise generalizada, existia "entre os reis um laço

\* "A religião é de quem possui a região." (N. da T.)

implícito que os obriga, ainda que não haja nenhum outro interesse ou com-  
promisso particular, a se manterem unidos e a ajudarem uns aos outros no que  
diz respeito à insurreição dos súditos" (citado em Hill, 1958, p. 126). Em con-  
dições normais, esse "laço implícito" tinha pouca ou nenhuma influência so-  
bre a conduta dos governantes. Mas, nas ocasiões em que a autoridade de todos  
ou da maioria deles era seriamente contestada por seus súditos — como acon-  
teceu em meados do século XVII —, o interesse geral dos governantes de pre-  
servar coletivamente seu poder sobre os súditos obrigava suas disputas e seus  
antagonismos.

Foi nessas circunstâncias que as Províncias Unidas tornaram-se hegemônicas,  
conduzindo uma grande e poderosa coalizão de Estados dinásticos à liquidação  
do sistema de governo medieval e ao estabelecimento do moderno sistema im-  
perial. No decorrer de sua luta anterior por tornar sua nação independente da  
Espanha, os holandeses já haviam firmado uma sólida liderança intelectual e  
moral entre os Estados dinásticos do noroeste da Europa, que figuravam entre os  
principais beneficiários da desintegração do sistema de governo medieval. A me-  
dida que aumentou o caos sistêmico durante a Guerra dos Trinta Anos, "[o]s fins  
da diplomacia [passaram a ser] tecidos e desemaranhados em Haia" (Braudel,  
1984, p. 203). As propostas holandesas para uma grande reorganização do sis-  
tema pan-europeu de governo conquistaram mais e mais defensores entre os  
governantes da Europa, até que a Espanha ficou completamente isolada.

Com o Tratado de Vestfália, de 1648, emergiu, pois, um novo sistema mun-  
dial de governos:

A idéia de uma autoridade ou organização acima dos Estados soberanos dei-  
xou de existir. O que veio tomar seu lugar foi a idéia de que todos os Estados  
compunham um sistema político mundial, ou, pelo menos, de que os Esta-  
dos da Europa Ocidental formavam um único sistema político. Esse novo sis-  
tema fundamentou-se no direito internacional e no equilíbrio de poder —  
um direito exercido entre os Estados, e não acima deles, e um poder atuante  
entre os Estados, e não acima deles. (Gross, 1968, p. 54-5)

O sistema mundial de governo criado em Vestfália teve também um objetivo  
social. A medida que os governantes legitimaram seus respectivos direitos-ab-  
solutos de governo sobre territórios mutuamente excludentes, estabeleceu-se o  
princípio de que os civis não estavam comprometidos com as disputas entre os  
soberanos. A aplicação mais importante desse princípio deu-se no campo do co-  
mércio. Nos tratados que se seguiram ao Tratado de Vestfália, inseriu-se uma  
cláusula que visava a restabelecer a liberdade de comércio, abolindo as barreiras  
comerciais que se haviam desenvolvido no curso da Guerra dos Trinta Anos.  
Acordos subsequentes introduziram normas para proteger a propriedade e o co-  
mércio dos não-combatentes. Assim, a limitação das represálias pelo bem do  
comércio, que fora típica do sistema de cidades-Estados da Itália setentrional  
e do sistema de Estados-Estados da França, tornou-se um princípio de direito  
internacional.

passou a ser percebida como a defensora, não apenas da independência em relação às autoridades centrais do sistema medieval de governo, mas também de um interesse geral pela paz, que este último já não era capaz de atender.

Emp. terceiro lugar, a capacidade bélica da oligarquia capitalista holandesa ultrapassou em muito a da oligarquia veneziana. A capacidade desta era estreitamente relacionada com a posição geográfica de Veneza e tinha pouca serventia além dessa posição, particularmente depois dos grandes avanços havidos nas técnicas de guerra no "longo século XVI". A capacidade da oligarquia holandesa, por outro lado, baseou-se numa exitosa participação na linha de frente desse processo. Aliás, os holandeses foram líderes não apenas na acumulação de capital, mas também na racionalização das técnicas militares.

Ao redescobrir e levar à perfeição técnicas militares romanas há muito esquecidas, Maurício de Nassau, príncipe de Orange, conquistou para o exército holandês, no início do século XVII, o que a administração científica conquistaria para a indústria norte-americana dois séculos depois (cf. McNeill, 1984, p. 127-39; van Doorn, 1975, p. 9ss). As técnicas de cerco foram transformadas (1) para aumentar a eficiência da mão-de-obra militar, (2) para reduzir os custos em termos de baixas, e (3) para facilitar a manutenção da disciplina nas fileiras do exército. A marcha e o carregamento e disparo dos canhões foram padronizados e os exercícios foram transformados numa atividade rotineira. O exército foi dividido em unidades fáticas menores, o número de oficiais comissionados e não comissionados foi aumentado, e as linhas de comando foram racionalizadas:

Desse modo, o exército tornou-se um organismo articulado, com um sistema nervoso central que permitia uma resposta sensível e mais ou menos inteligente às circunstâncias imprevisíveis. Cada movimento atingiu um novo nível de precisão e velocidade. Os movimentos individuais dos soldados ao atirar e marchar, bem como a movimentação dos batalhões pelo campo de batalha, puderam ser mais controlados e previstos do que nunca. Uma unidade bem treinada, capaz de extrair ganhos de cada movimento, podia aumentar a quantidade de chumbo projetada contra o inimigo por minuto de batalha. A destreza e a determinação de cada homem de infantaria, individualmente considerado, passaram a ter pouca importância. As proezas e a coragem pessoais praticamente desapareceram, por trás de uma rotina revestida de armaduras. (...) No entanto, os soldados treinados no estilo mauriciano exibiam, automaticamente, uma eficácia superior na batalha. (McNeill, 1984, p. 130)

A importância dessa inovação está em que ela neutralizou as vantagens de escala desfrutadas pela Espanha e, com isso, tendeu a equiparar a capacidade militar relativa dentro da Europa. Ao incentivar ativamente a adoção dessas novas técnicas por seus aliados, as Províncias Unidas criaram condições para uma igualdade substancial entre os Estados europeus, que se tornou a premissa do futuro sistema de Vestfália. E ao fazê-lo, é claro, elas fortaleceram sua liderança intelectual e moral sobre os governantes que buscavam legitimar seus direitos absolutos de governo.

Em quarto e último lugar, as habilidades de gestão de Estado da oligarquia capitalista holandesa eram muito maiores que as da oligarquia veneziana. Organizado e administrado exclusivamente em torno dos interesses capitalistas, o Estado veneziano extraía daí sua principal fonte de poder, mas tinha também aí o principal limite para esse poder. É que essa exclusividade mantivera o horizonte político da oligarquia veneziana dentro dos limites instaurados pela análise de custo-benefício e pelo sistema contábil por partidas dobradas. Em outras palavras, mantivera os governantes venezianos afastados das questões políticas e sociais que dilaceravam o mundo em que operavam.

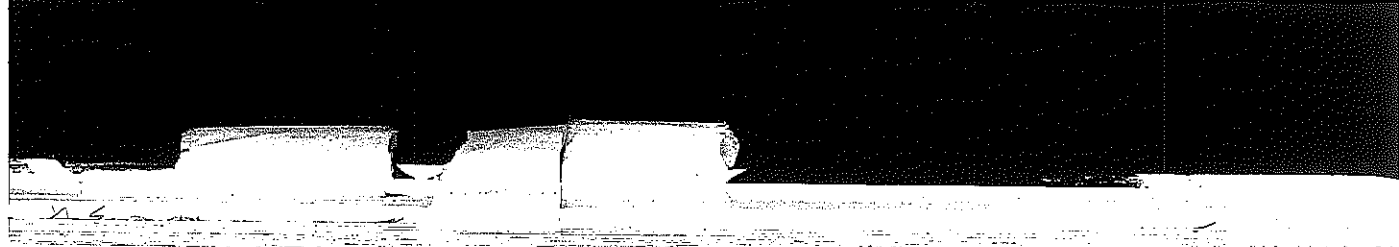
Em contraste, a oligarquia capitalista holandesa forjara sua capacidade de gerir o Estado numa longa luta pela emancipação do domínio imperial espanhol. Para lograr êxito nessa luta, ela teve de fazer uma aliança e dividir o poder com os interesses dinásticos (a Casa de Orange); teve também de controlar a fera da rebelião popular (o calvinismo). Como consequência, o poder da oligarquia capitalista dentro do Estado holandês foi muito menos absoluto do que tinha sido no Estado veneziano. Mas, por essa mesma razão, comparado com os governantes venezianos, o grupo dirigente holandês desenvolveu aptidões muito maiores para identificar e solucionar os problemas em torno dos quais sempre a luta europeia pelo poder. Assim, as Províncias Unidas tornaram-se hegemônicas em virtude de serem menos, e não mais capitalistas do que Veneza.

#### A HEGEMONIA BRITÂNICA E O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO

Os holandeses jamais governaram o sistema que haviam criado. Tão logo se instituiu o Sistema de Vestfália, as Províncias Unidas começaram a perder seu recém-adquirido status mundial. Durante mais de meio século, os holandeses continuaram a liderar os Estados do recém-criado Sistema de Vestfália, apontando-lhes uma direção específica — muito especialmente, a expansão comercial ultramarina, apoiada pelo poderio naval e pela formação das companhias de comércio e navegação, de capital acionário e ligadas ao Estado por cartas patentes. Mas foi, tipicamente, o que denominamos de liderança contra a vontade do líder, pois mais fez diminuir do que ampliar o poderio holandês. A hegemonia mundial holandesa, portanto, foi uma formação efêmera, destituta tão logo se compôs.

Em termos de poder mundial, os principais beneficiários do novo sistema de governo foram os ex-aliados das Províncias Unidas, a França e a Inglaterra. No século e meio seguintes — da eclosão das Guerras Anglo-Holandesas em 1652 (apenas quatro anos depois do Tratado de Vestfália) até o fim das Guerras Napoleônicas em 1815 — a França e a Inglaterra foram as principais beneficiárias do novo sistema de governo.

Emp. quarto e último lugar, as habilidades de gestão de Estado da oligarquia capitalista holandesa eram muito maiores que as da oligarquia veneziana. Organizado e administrado exclusivamente em torno dos interesses capitalistas, o Estado veneziano extraía daí sua principal fonte de poder, mas tinha também aí o principal limite para esse poder. É que essa exclusividade mantivera o horizonte político da oligarquia veneziana dentro dos limites instaurados pela análise de custo-benefício e pelo sistema contábil por partidas dobradas. Em outras palavras, mantivera os governantes venezianos afastados das questões políticas e sociais que dilaceravam o mundo em que operavam.



Napoleônicas, em 1815 — a luta pela supremacia mundial entre essas duas grandes potências dominou o sistema interestatal.

Esse conflito prolongado desenvolveu-se em três fases parcialmente superpostas, que, sob alguns aspectos, reproduziram as fases da luta do "longo século XX". A primeira, mais uma vez, caracterizou-se pelas tentativas dos governantes territorialistas de incorporar em seus domínios o principal Estado capitalista. Tal como a França e a Espanha haviam tentado conquistar as cidades-Estados da Itália setentrional no fim do século XV, também a Inglaterra e sobretudo a França, no fim do século XVII, tentaram internalizar em seus domínios as redes de comércio e poder manejadas pelas Províncias Unidas.

Como enfatizou Colbert em seu conselho a Luís XIV, "[se] o rei subjugasse todas as Províncias Unidas à sua autoridade, o comércio delas tornaria-se a o comércio dos súditos de Sua Magestade e nada mais haveria a desejar" (citado em Anderson, 1974, p. 36-7). O problema desse conselho estava na conjunção "se". Muito embora as aptidões estratégicas da França setecentista (ou as da Inglaterra, aliás) superassem em muito as possibilidades de seus equivalentes do século XV, as possibilidades estratégicas das Províncias Unidas superavam as dos principais Estados capitalistas do século XV por uma margem ainda maior. A despeito de um breve esforço conjunto, França e Inglaterra não conseguiram subjugar os holandeses. Mas, uma vez, a competição entre os pretendentes conquistadores revelou-se um obstáculo intratável no caminho da conquista.

Com o fracasso dessas tentativas, a luta entrou numa segunda fase, na qual os esforços dos dois rivais concentraram-se na incorporação das fontes de riqueza e poder do Estado capitalista, em vez de tentarem incorporar o próprio Estado. Assim como Portugal e Espanha haviam lutado pelo controle das ligações com o Oriente, França e Inglaterra lutaram pelo controle do Atlântico. As diferenças que seguiram essas lutas, porém, são tão importantes quanto as analogias.

Frância e Inglaterra demonstraram a entrar na luta global pelo poder. Isso lhes deu algumas vantagens. A mais importante foi que, na época em que as duas entraram no negócio da expansão territorial no mundo extra-europeu, a disseminação da "administração científica" manuciana entre os exércitos europeus começara a transformar sua vantagem comparativa sobre os exércitos dos governantes extra-europeus num golfo intratável. O poderio do império otomano começou a declinar irreversivelmente.

Mais a leste, o novo estilo de treinamento dos soldados tornou-se importante quando os instrutores europeus começaram a criar exércitos em miniatura, recrutando recursos humanos locais para proteger os postos comerciais franceses, holandeses e ingleses nas praias do oceano Índico. No século XVIII, essas forças, por minúsculas que fossem, exibiram uma clara superioridade sobre os exércitos desajeitados que os governantes locais estavam acostumados a levar para o campo de batalha. (McNeill, 1984, p. 135)

Embora o domínio de Portugal/Império Britânico na luta global por poder transcorresse...

Como a superioridade da Espanha e a superioridade da França... AS TRÊS HEGEMONIAS DO CAPITALISMO HISTÓRICO... SEM DÚVIDA, só no século XIX essa superioridade tornou-se suficientemente esmagadora para se traduzir em grandes conquistas territoriais no subcontinente indiano e na subordinação da China Imperial ao comando do Ocidente. Mas, já no século XVIII, a superioridade foi suficiente para permitir que os retardatários — e em particular, a Grã-Bretanha — conquistassem algumas das mais abundantes fontes de tributos do decadente império Mughal, muito especialmente Bengala, e, desse modo, fossem além da mera criação de um império ultramarino asiático, como tinham feito os portugueses e os holandeses. A distância crescente entre as capacidades militares ocidentais e não ocidentais, no entanto, foi de pouca serventia para os retardatários que desejavam afastar portugueses, espanhóis e, acima de tudo, holandeses das posições firmadas nas encruzilhadas do comércio mundial. Para alcançar e ultrapassar os que haviam chegado primeiro, os retardatários tiveram que reestruturar radicalmente a geografia política do comércio mundial. Foi precisamente isso que se conseguiu com a nova síntese de capitalismo e territorialismo criada pelos mercantilismos francês e britânico no século XVIII.

Este teve três componentes principais e estreitamente inter-relacionados: a colonização direta, a escravatura capitalista e o nacionalismo econômico. Todos os três foram essenciais à reorganização do espaço político-econômico mundial, mas a colonização direta foi, provavelmente, o principal elemento do conjunto. Os governantes britânicos, em particular, dependiam maciçamente da iniciativa pessoal de seus súditos para contrabalançar as vantagens dos que se haviam antecedido na expansão ultramarina:

Embora não pudessem equiparar-se aos holandeses em matéria de argúcia financeira e do tamanho e eficiência de sua frota mercante, os ingleses confiavam na fundação de colônias permanentes, e não de meros postos de escala na rota para as Índias. (...) Além das companhias de comércio e navegação, os ingleses desenvolveram expedientes de colonização como as colônias de donatários, análogas às capitânicas portuguesas no Brasil, e as colônias da Coroa, nominalmente sob controle real direto. O que faltava às colônias inglesas na América, em termos de recursos naturais e uniformidade, era compensado pelo número e a indústriabilidade dos próprios colonos. (Nadel e Curtis, 1964, p. 9-10)

A escravatura capitalista foi parte condição e parte resultado do sucesso da colonização direta. O aumento do número e da indústriabilidade dos colonos era continuamente limitado pela escassez de mão-de-obra e reatualizava essa mesma escassez, que não podia ser resolvida pela dependência exclusiva ou até primária da oferta espontaneamente gerada nas fileiras das populações de colonos, ou extralida à força das populações nativas. Essa escassez crônica de mão-de-obra favoreceu a lucratividade das empresas capitalistas engajadas na obtenção (primordialmente na África), transporte e utilização produtiva (sobretudo nas Américas) de mão-de-obra escrava.

Essa mão-de-obra escrava teve 3 efeitos: 1) colonização direta, 2) escravatura...

50 O LONGO SÉCULO XX

gestão por ex. Nacional / Antigo. A. P. ...  
Kobin Blackburn (1988, p. 13), a

3

A colonização direta e a escravatura capitalista foram condições necessárias, mas não suficientes, para o sucesso dos mercantilismos francês e britânico na reestruturação radical da política econômica global. O terceiro ingrediente-chave, o nacionalismo econômico, teve dois aspectos principais. O primeiro foi a acumulação interminável de excedentes monetários no comércio colonial e interterrestal — uma acumulação com a qual o mercantilismo amido se identifica. O segundo foi a gestão da economia nacional, ou melhor, interna. Como frisou Gustav von Schmoller, “no seu cerne, [o mercantilismo] nada mais [foi] do que a gestão de Estado — não a gestão de Estado num sentido restrito, mas a gestão de Estado e a gestão da economia nacional ao mesmo tempo” (citado em Wilson, 1958, p. 6).

A gestão da economia nacional aperfeiçoou, numa escala enormemente ampliada, a prática de fazer com que as guerras custassem a si mesmas, transferindo os custos de proteção em receita, prática na qual as cidades-Estados italianas tinham sido pioneiras, três séculos antes. Em parte através de ordens às burocracias estatais e em parte através de incentivos à iniciativa privada, os governantes da França e do Reino Unido internalizaram em seus domínios tantas quantas lhes foram possíveis das atividades cada vez mais numerosas que, direta ou indiretamente, funcionavam como insumos na gestão do Estado e da guerra. Desse modo, conseguiram transformar em receita tributária uma parcela muito maior dos custos de proteção do que jamais tinham feito ou poderiam fazer as cidades-Estados italianas ou, a rigor, as Províncias Unidas. Gastando dentro de suas economias domésticas essas receitas tributárias aumentadas, eles criaram novos incentivos e oportunidades para estabelecer vínculos sempre renovados entre as atividades e, desse modo, fazer com que as guerras se custassem cada vez mais.

O que aconteceu, na verdade, não foi que as guerras “se custeavam”, mas que, de forma indireta e muitas vezes sem o saber, um número crescente de civis foi mobilizado para sustentar os esforços dos governantes para gerir o Estado e a guerra. A gestão do Estado e a da guerra vinham-se tornando um negócio cada vez mais indireto, que implicava um número, escala e variedade progressivamente maiores de atividades aparentemente não relacionadas. Havia limites na capacidade dos governantes mercantilistas de mobilizar a energia de seus súditos civis, para que eles se encarregassem da iniciativa e execução dessas atividades. Ela era estritamente cercada por sua capacidade de se apropriar dos

AS IRÉS HEGEMONIAS DO CAPITALISMO HISTÓRICO  
Kobin Blackburn (1988, p. 13), a

Para romper com esses limites, os governantes britânicos tiveram uma vantagem comparativa decisiva sobre todos os seus concorrentes, inclusive os franceses. Ela foi de ordem geopolítica e se assemelhou à vantagem comparativa de Veneza no auge de seu poder:

No comércio marítimo e no poderio naval, a Grã-Bretanha conquistou a sua preminência por ter sido favorecida, como Veneza, por dois fatores interligados: sua situação insular e o novo papel que assumiu, como intermediária entre dois mundos. Diversamente das nações continentais, a Grã-Bretanha pôde voltar toda a sua força para o mar; ao contrário de seus concorrentes holandeses, não teve que guarnecer uma frente terrestre. (Dehio, 1962, p. 71)

Como veremos no capítulo 3, a Inglaterra/Grã-Bretanha “tornou-se” uma ilha poderosa através de um árduo processo bissecular de “aprendizagem” sobre como transformar uma desvantagem geopolítica fundamental, na luta continental pelo poder diante da França e da Espanha, numa vantagem competitiva decisiva na luta pela supremacia comercial no mundo. Em meados do século XVII, esse processo, para todos os fins práticos, estava concluído. A partir dali, a canalização das energias e recursos britânicos para a expansão marítima — enquanto as energias e recursos de seus concorrentes europeus eram retidos em lutas perto de casa — gerou um processo de causalção circular e cumulativa. Os sucessos britânicos na expansão marítima aumentaram a pressão sobre as nações da Europa continental para se manterem à altura do crescente poder mundial da Grã-Bretanha. Mas esses sucessos também forneceram à Grã-Bretanha os meios necessários para administrar o equilíbrio de poder na Europa continental, a fim de manter seus rivais ocupados perto de casa. Com o tempo, esse círculo virtuoso/vicioso colocou a Grã-Bretanha numa posição em que já pôde eliminar da expansão marítima todos os seus concorrentes e, ao mesmo tempo, tornar-se a senhora incontestável do equilíbrio de poder na Europa.

Quando a Grã-Bretanha venceu a Guerra dos Sete Anos (1756-63), estava encerrada a luta com a França pela supremacia. Mas nem por isso ela se tornou mundialmente hegemônica. Ao contrário, assim que terminou a luta pela supremacia mundial, o conflito entrou numa terceira fase, caracterizada pelo crescente caos sistêmico. Tal como as Províncias Unidas no início do século XVII, a Grã-Bretanha tornou-se hegemônica através da criação de uma nova ordem mundial a partir desse caos sistêmico.

Como no início do século XVII, o caos sistêmico resultou da intromissão do conflito social nas lutas dos governantes pelo poder. Houve, entretanto, impor-

Na segunda metade do XVII, os britânicos venceram a luta p...







Decolônização do Estado. Aves (1993) "A descolonização do Estado e a crise da soberania".  
e Astar, Colômbia, Índia, África, etc. O direito não há de ser P/EO, sendo o ser no  
longo século XX.  
Agora HPO de domínio P/EO, impedito P/ soberania, governos e estados = in  
preliberados.  
Negotiation of the World War II, 1945-1947, p. 117. "The World War II, 1945-1947, p. 117."  
Wolfgang I. Fischer, "The World War II, 1945-1947, p. 117."  
AS TRÊS HEGEMONIAS DO CAPITALISMO HISTÓRICO  
55

17

holavam, na verdade, cerca de 35% da superfície territorial do planeta. Em 1878, esta última proporção havia-se elevado para 67% e, em 1914, para 85% (Magdoff, 1978, p. 29, 35). "Nenhum outro conjunto de colônias na história foi tão grande", observou Edward Said (1993, p. 8), "nenhum mais completamente dominado, e nenhum foi tão inferiorizado em poder, diante das metrópoles ocidentais."

A Grã-Bretanha ficou com a parte do leão nessa conquista territorial. Ao fazê-lo, ressuscitou a dominação imperial numa escala que o mundo nunca tinha visto até então. Esse ressurgimento da dominação imperial consistiu, de fato, a principal razão para se designar a hegemonia mundial da Grã-Bretanha no século XIX pela expressão imperialismo de livre comércio — expressão que usamos não apenas para enfatizar o domínio britânico sobre o sistema mundial, mediante a prática e a ideologia do livre comércio, como fazem Gallagher e Robinson, mas também e especialmente para sublinhar as bases imperialistas do regime britânico de governo e acumulação em escala mundial com base no livre comércio. Nenhum governante territorialista jamais havia incorporado em seus domínios territórios tão numerosos, tão populosos e tão vastos quanto fez o Reino Unido no século XIX. E nenhum governante territorialista jamais havia exercido à força, em tão curto prazo, tantos tributos — em mão-de-obra, recursos naturais e meios de pagamento — quanto fizeram o Estado britânico e seus clientes no subcontinente indiano durante o século XIX. Parte desses tributos foi usada para alicercar e expandir o aparelho coercitivo através do qual mais e mais súditos não ocidentais foram acrescentados ao império territorial britânico. Mas outra parte, igualmente respeitável, foi canalizada para Londres sob diversas formas, sendo reciclada nos circuitos de riqueza através dos quais o poderio britânico no mundo ocidental era continuamente reproduzido e ampliado. Assim, as lógicas do poder territorialista e capitalista (TDT e DTD) fertilizaram e sustentaram uma à outra.

A reciclagem dos tributos imperiais extraídos das colônias, sob a forma de capital investido no mundo inteiro, favoreceu a relativa vantagem de Londres como centro financeiro mundial, comparada a centros concorrentes como Amsterdã e Paris (cf. Jenks, 1938). Essa vantagem comparativa fez de Londres a sede natural da haute finance — um corpo estreitamente unido de financeiras cosmopolitas, cujas redes globais transformaram-se em mais um instrumento da gestão britânica do sistema interestatal.

As finanças (...) agiram como um poderoso moderador na orientação e na política de vários pequenos Estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos dependiam do crédito, e o crédito, do bom comportamento. Uma vez que, nos governos constitucionais (os inconstitucionais eram severamente criticados), o comportamento se refletia no orçamento e o valor externo da moeda não pode ser desvinculado da apreciação do orçamento, era prudente que os governos devedores vigiassem criteriosamente seu câmbio e evitassem

Agências históricas (superiores) de livre comércio (P/EO) P/ soberania, governos e estados = in

tassem medidas que pudessem lançar dúvidas sobre a solidez da situação orçamentária. Essa máxima útil tornava-se uma convincente norma de conduta a partir do momento em que um país adotava o padrão ouro, que restringia ao mínimo as flutuações permissíveis. O padrão ouro e o constitucionalismo formaram os instrumentos que fizeram a voz do centro financeiro de Londres ser ouvida em muitos países menores, que haviam adotado esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. A Pax Britannica exerceu seu controle, vez por outra, mediante a assustadora mobilização dos canhões de navios pesados, mas prevaleceu, mais freqüentemente, puxando oportunamente um fio da rede monetária internacional. (Polanyi, 1957, p. 14)

Por fim, a expansão e a superação do Sistema de Vestfália encontraram expressão num instrumento inteiramente novo de governo mundial. O Sistema de Vestfália baseara-se no princípio de que nenhuma autoridade operaria acima do sistema interestatal. O Imperialismo de livre comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas a autoridade superior de uma nova entidade metafísica — um mercado mundial, regido por suas próprias "leis" —, supostamente dotada de poderes soberanistas maiores do que tudo o que o papa e o imperador jamais houvessem controlado no sistema de governo medieval. Ao apresentar sua supremacia mundial como a encarnação dessa entidade metafísica, o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal muito além do que era justificado pela extensão e eficácia de seu aparelho coercitivo.

Esse poder foi resultante da adoção unilateral de uma prática e uma ideologia de livre comércio pelo Reino Unido. O regime de livre comércio multilateral só teve início em 1860, com a assinatura do Tratado de Comércio Anglo-Francês, e para todos os fins práticos, encerrou-se em 1879 com o "novo" protecionismo alemão. Mas, de meados da década de 1840 até 1931, a Grã-Bretanha, unilateralmente, manteve seu mercado interno aberto aos produtos do mundo inteiro (Barroch, 1976a). Combinada com a expansão territorial ultramarina e com o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital no país, essa política tornou-se um poderoso instrumento de governo de toda a economia mundial.

A colonização dos espaços vazios [sic], o desenvolvimento de uma indústria movida a máquinas e dependente do carvão, e a abertura de linhas de comunicação mundiais, através de ferrovias e serviços de navegação, proporcionaram celeremente sob a liderança britânica e, por toda parte, estimularam a emergência e o desenvolvimento de nações e consciências nacionais; e a contrapartida dessa "expansão da Inglaterra" foi o livre mercado oferecido na Grã-Bretanha, a partir da década de 1840, aos produtos naturais, alimentos e matérias-primas do resto do mundo. (Carr, 1945, p. 13-4)

As finanças (...) agiram como um poderoso moderador na orientação e na política de vários pequenos Estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos dependiam do crédito, e o crédito, do bom comportamento. Uma vez que, nos governos constitucionais (os inconstitucionais eram severamente criticados), o comportamento se refletia no orçamento e o valor externo da moeda não pode ser desvinculado da apreciação do orçamento, era prudente que os governos devedores vigiassem criteriosamente seu câmbio e evitassem

18

LV, 80, 1848-1851, 1852-1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025

2

o equilíbrio global de poder e com um estreito relacionamento, mutuamente interessante, com a haute finance, permitiu ao Reino Unido governar tão eficazmente o sistema interestatal quanto um império mundial. O resultado foi "um fenômeno de que nunca se ouvia falar nos anais da civilização ocidental, a saber, cem anos de paz (européia) — 1815-1914" (Polanyi, 1957, p. 5).

Isso refletiu a capacidade hegemônica sem precedentes do Reino Unido. Seu aparelho coercitivo — primordialmente, sua armada e seus exércitos continentais — e sua situação insular dotaram-no, sem dúvida, de uma decisiva vantagem comparativa em relação a todos os seus rivais na luta europeia e global pelo poder. Mas, por maior que tenha sido, essa vantagem não explica a extraordinária capacidade de reestruturar o mundo — e não apenas o sistema interestatal europeu — conforme seus interesses nacionais que a Grã-Bretanha demonstrou em meados do século XIX.

Essa extraordinária capacidade foi uma manifestação de hegemonia — ou seja, da capacidade de alegar com credibilidade que a expansão do poder do Reino Unido servia não apenas a seu interesse nacional, mas também a um interesse "universal". Central nessa alegação hegemônica foi a distinção entre o poder dos governantes e a "riqueza das nações", sutilmente extraída da ideologia liberal propagada pela intelectualidade britânica. Nessa ideologia, a expansão do poder dos governantes britânicos em relação aos demais era apresentada como a força propulsora de uma expansão generalizada da riqueza das nações. O livre comércio podia minar a soberania dos governantes, mas, ao mesmo tempo, ampliaria a riqueza de seus súditos, ou, pelo menos, a de seus súditos proprietários.

O atrativo e a credibilidade dessa alegação basearam-se nas circunstâncias sistêmicas criadas pelas sublevações revolucionárias de 1776-1848. Isso porque, no curso dessas sublevações, haviam subido ao poder nas Américas e em muitas partes da Europa comunidades nacionais formadas, basicamente, de proprietários cujo principal interesse estava ligado ao valor monetário de seus bens, e não ao poder autônomo de seus governantes. Foram essas comunidades que formaram o eleitorado "natural" da hegemonia britânica do livre comércio.

Ao mesmo tempo, as sublevações revolucionárias de 1776-1848 haviam promovido, dentro do próprio Reino Unido, mudanças que ampliaram a capacidade de seus governantes de atender a essa demanda sistêmica por uma riqueza "democrática". A mais importante dessas mudanças foi a Revolução Industrial, que decolou sob o impacto das guerras revolucionárias e napoleônicas da França. Para nossos objetivos neste momento, o significado principal dessa revolução é que ela favoreceu imensamente a relação de complementaridade que vinculava as iniciativas dos cidadãos britânicos às iniciativas dos cidadãos de outros Estados, particularmente dos que haviam surgido da revolta dos colonos contra a dominação britânica na América do Norte. Como resultado, os governantes britânicos puderam aproveitar-se da hegemonia britânica para promover a expansão da influência britânica no mundo inteiro. Vista por esse ângulo ampliado, a Grã-Bretanha do século XIX parece ter seguido os

Estado da União Britânica, 1776-1848, 1848-1851, 1851-1854, 1854-1857, 1857-1860, 1860-1863, 1863-1866, 1866-1869, 1869-1872, 1872-1875, 1875-1878, 1878-1881, 1881-1884, 1884-1887, 1887-1890, 1890-1893, 1893-1896, 1896-1899, 1899-1902, 1902-1905, 1905-1908, 1908-1911, 1911-1914, 1914-1917, 1917-1920, 1920-1923, 1923-1926, 1926-1929, 1929-1932, 1932-1935, 1935-1938, 1938-1941, 1941-1944, 1944-1947, 1947-1950, 1950-1953, 1953-1956, 1956-1959, 1959-1962, 1962-1965, 1965-1968, 1968-1971, 1971-1974, 1974-1977, 1977-1980, 1980-1983, 1983-1986, 1986-1989, 1989-1992, 1992-1995, 1995-1998, 1998-2001, 2001-2004, 2004-2007, 2007-2010, 2010-2013, 2013-2016, 2016-2019, 2019-2022, 2022-2025

Estado da União Britânica, 1776-1848, 1848-1851, 1851-1854, 1854-1857, 1857-1860, 1860-1863, 1863-1866, 1866-1869, 1869-1872, 1872-1875, 1875-1878, 1878-1881, 1881-1884, 1884-1887, 1887-1890, 1890-1893, 1893-1896, 1896-1899, 1899-1902, 1902-1905, 1905-1908, 1908-1911, 1911-1914, 1914-1917, 1917-1920, 1920-1923, 1923-1926, 1926-1929, 1929-1932, 1932-1935, 1935-1938, 1938-1941, 1941-1944, 1944-1947, 1947-1950, 1950-1953, 1953-1956, 1956-1959, 1959-1962, 1962-1965, 1965-1968, 1968-1971, 1971-1974, 1974-1977, 1977-1980, 1980-1983, 1983-1986, 1986-1989, 1989-1992, 1992-1995, 1995-1998, 1998-2001, 2001-2004, 2004-2007, 2007-2010, 2010-2013, 2013-2016, 2016-2019, 2019-2022, 2022-2025

ca lhes dava uma vantagem considerável na utilização das relações entre cidadãos nas diferentes jurisdições políticas, como instrumentos invisíveis de dominação sobre outros Estados soberanos. Foi o reconhecimento disso, mais do que qualquer outra coisa, que persuadiu os governantes britânicos, depois das Guerras Napoleônicas, a manterem e protegerem as forças do nacionalismo democrático, primeiro nas Américas e depois na Europa, contra as tendências reacionárias de seus antigos aliados dinásticos (Aguilar, 1968, p. 23). E, à medida que aumentou o poderio nacional dessas forças o mesmo aconteceu com a capacidade dos grupos dominantes britânicos de liderar e governar o sistema interestatal, de modo a ampliar ainda mais sua riqueza, poder e prestígio dentro e fora do país.

O poder mundial da Grã-Bretanha no século XIX não teve precedentes. Mas a via de desenvolvimento que levou a essas conquistas não deve ser considerada completamente inédita. Pois o imperialismo de livre comércio da Grã-Bretanha simplesmente fundiu, numa síntese harmoniosa, duas vias de desenvolvimento aparentemente divergentes, que tinham sido abertas muito antes pelos grupos dominantes de outros Estados. O que houve de inédito foi a combinação dessas vias, e não as vias em si.

Uma dessas vias fora aberta por Veneza séculos antes. Na verdade, ser a Veneza do século XIX ainda era o objetivo defendido para a Grã-Bretanha pelos principais membros de sua comunidade empresarial no fim das Guerras Napoleônicas. E a mesma analogia tornou a ser evocada — embora com conotações negativas — quando a expansão da riqueza e poder britânicos no século XIX começou a atingir seus limites (Ingham, 1984, p. 9).

Se nos concentrarmos nos domínios metropolitanos e nas relações entre os Estados europeus, veremos que essa é, sem dúvida, uma analogia adequada. O território relativamente pequeno da Grã-Bretanha, sua posição insular na principal interseção do comércio mundial, sua supremacia naval e a estrutura de entroposto de sua economia doméstica, tudo isso eram traços que a faziam assemelhar-se a uma réplica ampliada da República Veneziana, ou, aliás, das Províncias Unidas, no auge de seus respectivos poderes. Os domínios metropolitanos britânicos eram reconhecidamente maiores e encerravam recursos demográficos e naturais muito mais vastos que os dos domínios metropolitanos de seus predecessores venezianos e holandeses. Mas essa diferença poderia ser considerada aproximadamente correspondente às maiores dimensões e recursos da economia mundial capitalista do século XIX, comparados aos das épocas anteriores, em que o poder veneziano e holandês havia crescido e declinado. A segunda via de desenvolvimento foi totalmente diferente e só pode ser percebida ao ampliarmos nosso ângulo de visão, de modo a abranger os domínios ultramarinos e as relações entre as estruturas políticas do mundo inteiro. Vista por esse ângulo ampliado, a Grã-Bretanha do século XIX parece ter seguido os

Estado da União Britânica, 1776-1848, 1848-1851, 1851-1854, 1854-1857, 1857-1860, 1860-1863, 1863-1866, 1866-1869, 1869-1872, 1872-1875, 1875-1878, 1878-1881, 1881-1884, 1884-1887, 1887-1890, 1890-1893, 1893-1896, 1896-1899, 1899-1902, 1902-1905, 1905-1908, 1908-1911, 1911-1914, 1914-1917, 1917-1920, 1920-1923, 1923-1926, 1926-1929, 1929-1932, 1932-1935, 1935-1938, 1938-1941, 1941-1944, 1944-1947, 1947-1950, 1950-1953, 1953-1956, 1956-1959, 1959-1962, 1962-1965, 1965-1968, 1968-1971, 1971-1974, 1974-1977, 1977-1980, 1980-1983, 1983-1986, 1986-1989, 1989-1992, 1992-1995, 1995-1998, 1998-2001, 2001-2004, 2004-2007, 2007-2010, 2010-2013, 2013-2016, 2016-2019, 2019-2022, 2022-2025

As estruturas políticas e econômicas europeias, respectivamente, foram o resultado da evolução da sociedade feudal europeia e da sociedade mercantilista europeia.

Passos, não de Veneza ou das Províncias Unidas, mas da Espanha Imperial. Como observou Paul Kennedy (1987, p. 48), tal como o bloco dos Habsburgo três séculos antes, o império britânico do século XIX "era um conglomerado de territórios amplamente dispersos, um *tour-de-force* político-dinástico que para seguir em frente exigia imensos e contínuos recursos em termos de material e de engenhosidade".

Como detalharemos no capítulo 3, essa semelhança entre as configurações espaciais do império britânico do século XIX e do império espanhol do século XVI equiparou-se à notável semelhança entre as estratégias e estruturas das redes cosmopolitas do comércio de longa distância e das altas finanças, que ajudaram os grupos governantes dessas duas formações imperiais a buscarem o poder. Essas não foram as únicas semelhanças. Até a ideia de um sistema de livre comércio, abrangendo múltiplos Estados soberanos, parece ter-se originado na Espanha Imperial (Nussbaum, 1950, p. 59-62).

Em suma, a expansão e a superação do Sistema de Vestfália, realizadas pelo imperialismo britânico de livre comércio e através dele, não implicaram uma simples "progressão" para estruturas políticas maiores e mais complexas, segundo a via de desenvolvimento aberta e trilhada pelos principais Estados capitalistas de épocas anteriores. Implicaram também uma "regressão" a estratégias e estruturas de governo e de acumulação em escala mundial que pareciam ter-se tornado obsoletas pelos avanços anteriores nessa trilha. Em particular, a criação, no século XIX, de uma estrutura imperial parcialmente capitalista e parcialmente territorialista, cujo poder global superava em muito tudo o que o mundo já vira, mostra que a formação e a expansão da economia capitalista mundial implicaram menos uma superação do que uma continuação, através de meios diferentes e mais eficazes, das buscas imperiais dos tempos pré-modernos.

Pois a economia capitalista mundial, tal como reconstituída sob a hegemonia britânica no século XIX, tanto foi um "império mundial" quanto uma "economia mundial" — um tipo inteiramente novo de império mundial, sem dúvida, mas, ainda assim, um império mundial. O traço mais importante e inéduo desse império mundial *sui generis* foi a ampla utilização que seus grupos dirigentes fizeram de um controle quase monopolista dos meios de pagamento universalmente aceitos (a "moeda mundial") para garantir a antuência a suas ordens, não apenas em seus domínios largamente dispersos, mas também por parte dos soberanos e súditos de outros domínios políticos. A reprodução desse controle quase monopolista da moeda mundial foi sumamente problemática e não durou muito tempo — ao menos pelos padrões estabelecidos pelo mais bem-sucedido dos impérios mundiais pré-modernos. Mas, enquanto durou, ela permitiu que o governo britânico dirigisse com grande eficiência um espaço político-econômico muito maior do que qualquer império mundial anterior jamais geriu ou poderia ter gerido.

Trago características do império mundial sui generis europeu pelo BV

A partir de então, o controle e a presença europeia no mundo se tornou um processo de expansão da hegemonia do capitalismo histórico europeu e, depois, da hegemonia das potências europeias.

A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E A ASCENSÃO DO SISTEMA DA LIVRE INICIATIVA

O Reino Unido exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX. De 1870 em diante, porém, começou a perder o controle do equilíbrio de poder europeu e, logo depois, do equilíbrio global. Em ambos os casos, a ascensão da Alemanha à condição de potência mundial foi um acontecimento decisivo (Kennedy, 1987, p. 209-13).

Ao mesmo tempo, a capacidade do Reino Unido de ocupar o centro da economia mundial capitalista foi minada pela emergência de uma nova economia nacional, de riqueza, dimensões e recursos maiores que os seus. Tratava-se dos Estados Unidos, que evoluíram para tornar-se uma espécie de "puro negro", dotado de um poder de atração de mão-de-obra, capital e espírito de iniciativa da Europa com que o Reino Unido, e menos ainda as nações menos ricas e poderosas, tinham poucas chances de competir. Os desaios alemão e norte-americanos ao poderio mundial britânico fortaleceram-se mutuamente, comprometeram a capacidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal e acabaram levando a uma nova luta pela supremacia mundial, com uma violência e morbidez sem precedentes.

No decorrer dessa luta, o conflito atravessou algumas, mas não todas as fases que haviam caracterizado as lutas anteriores pela supremacia mundial. A fase inicial, em que os governantes territorialistas tentaram incorporar o principal Estado capitalista, foi totalmente ignorada. Aliás, a fusão das lógicas territorialista e capitalista de poder havia chegado a tal ponto entre os três principais contendores pela supremacia mundial (Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos), que é difícil dizer quais eram os governantes capitalistas e quais os territorialistas.

Durante todo o confronto, uma sucessão de governantes alemães mostrou tendências territorialistas mais acentuadas que os governantes de qualquer dos outros dois contendores. Essas tendências, porém, refletiam a chegada tardia da Alemanha ao movimento em prol da expansão territorial. Como vimos, o Reino Unido tinha sido tudo, menos parcimonioso, em suas aquisições territoriais, e a construção de um império no mundo não ocidental fora parte integrante de sua hegemonia mundial. Quanto aos Estados Unidos, o desenvolvimento que transformou o país no principal pólo de atração da mão-de-obra, do capital e dos recursos empresariais da economia mundial esteve estreitamente vinculado ao âmbito continental atingido por sua economia doméstica no curso do século XIX. Como observou Gareth Stedman Jones (1972, p. 216-7):

Os historiadores norte-americanos que falam complacentemente da ausência de um colonialismo baseado na colonização direta, que foi característica das nações europeias, ocultam o fato de que toda a história interna do imperialismo dos Estados Unidos foi um vasto processo de conquista e ocupação territorial. A disputa pela posse mundial da América foi o resultado de um processo de expansão territorial.

Cap. 15 - O longo século XX

EUVA = ...

territorial. A ausência de territorialismo "no exterior" fundamentou-se num territorialismo "interno" sem precedentes.

Esse territorialismo interno sem precedentes foi totalmente inerente a uma lógica capitalista de poder. O territorialismo e o capitalismo britânicos haviam utilizado um ao outro. Mas o capitalismo e o territorialismo norte-americanos eram indistinguíveis entre si. Essa harmonia perfeita entre territorialismo e capitalismo na formação do Estado norte-americano tem sua melhor síntese na coexistência dos dois no pensamento de Benjamin Franklin.

Max Weber (1930, p. 48-55) afirmou que o espírito capitalista estava presente na terra natal de Franklin, Massachusetts, antes que uma ordem capitalista efetivamente se materializasse, e sustentou essa afirmação fazendo uma extensa citação de um documento em que Franklin defendeu as virtudes da poupança ininterrupta, com vistas a ganhar mais e mais dinheiro como um fim em si. O que Weber não notou foi que o espírito capitalista expresso nesse documento, "numa pureza quase clássica", entremeava-se, na mente de Franklin, com um espírito territorialista igualmente pronunciado. Isso porque, num outro documento, Franklin

(...) previu que a população das colônias [norte-americanas] duplicaria a cada quarto de século e advertiu que o governo britânico deveria providenciar mais espaço vital para esses novos habitantes, sob a alegação de que um príncipe que "adquire um novo Território, ao encontrá-lo vazio, ou que retira os Nativos para dar Espaço a seu próprio Povo" merece a gratidão da posteridade. (Lichteim, 1974, p. 58)

Após a derrota dos franceses na Guerra dos Sete Anos, a tentativa do governo britânico de conter a expansão de suas colônias norte-americanas para o oeste, e de fazê-las pagar pelos custos do imperialismo, desencadeou a dissidência que acabou levando à Revolução de 1776 (Wallerstein, 1988, p. 202-3). Assim que a Revolução desatou as mãos dos colonos, eles trataram de conquistar toda a parte do continente norte-americano que era lucrativa e de reorganizar seu espaço de maneira totalmente capitalista. Entre outras coisas, isso significou "retrair os Nativos" para dar espaço a uma crescente população de imigrantes, exatamente como Franklin havia defendido. O resultado foi um compacto "império" territorial doméstico — termo indistintamente usado como sinônimo de união federativa nos vocabulários de Washington, Adams, Hamilton e Jefferson (Van Alstyne, 1960, p. 1-10) —, caracterizado por custos de proteção substancialmente inferiores aos do vasto império territorial ultramarino da Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha e a América foram dois modelos de "império" que os governantes alemães tentaram reproduzir em seu territorialismo tardio. A princípio, eles procuraram seguir a Grã-Bretanha, buscando colônias no além-mar e desafiando a supremacia naval britânica. Mas, depois que o desfecho da Primeira Guerra Mundial demonstrou a futilidade desse objetivo, bem como a superioridade

Alexandre tentou imitar todo o imperialismo interno inglês 90710

... o poderio de primeira ordem... AS TRÊS HEGEMONIAS DO CAPITALISMO HISTÓRICO... 61

(Neumann, 1942; Lichteim, 1974, p. 67).

Nem a Alemanha nem os Estados Unidos jamais tentaram incorporar em seus domínios o principal Estado capitalista, como haviam tentado a França e a Espanha no século XV e a França e a Inglaterra no século XVII. O poderio mundial do principal Estado capitalista havia crescido tanto, em comparação com seus predecessores e com seus desafiantes contemporâneos, que a luta só pôde começar pelo que antes tinha sido a segunda fase, ou seja, a fase em que os desafiantes procuram suplantar a vantagem comparativa em termos de riqueza e poder do principal Estado capitalista. Muito embora o controle do comércio e das finanças mundiais continuasse a desempenhar um papel importante na determinação das capacidades relativas no sistema interestatal, no correr do século XIX a vantagem decisiva na luta pelo poder mundial havia-se convertido no tamanho e no potencial de crescimento comparativos do mercado interno. Quanto maior e mais dinâmico o mercado interno de um Estado em relação a todos os demais, melhores as chances de esse Estado expulsar o Reino Unido do centro das redes globais de relações protetor-cliente que constituíam o mercado mundial (ver capítulo 4).

Desse ponto de vista, os Estados Unidos estavam numa posição muito melhor do que a Alemanha. Suas dimensões continentais, sua insularidade e sua dotação extremamente favorável de recursos naturais, bem como a política sistematicamente seguida por seu governo, de manter as portas do mercado interno fechadas aos produtos estrangeiros, mas abertas ao capital, à mão-de-obra e à iniciativa do exterior, haviam transformado o país no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre comércio. Na época em que começou a luta pela supremacia mundial, a economia interna dos Estados Unidos já havia avançado muito a caminho de se tornar o novo centro da economia mundial — um centro menos ligado ao resto da economia mundial pelos fluxos comerciais do que pelas transferências mais ou menos unilaterais de mão-de-obra, capital e espírito de iniciativa, que fluíam do resto do mundo para sua jurisdição política.

A Alemanha não podia competir nesse terreno. Sua história e sua posição geográfica tornavam-na tributária, e não beneficiária, desses fluxos de mão-de-obra, capital e espírito empresarial, muito embora o longo envolvimento da Prússia/Alemanha na linha de frente da luta europeia pelo poder desse a seus governantes uma relativa vantagem perante todos os outros Estados europeus — inclusive o Reino Unido — na criação de um poderoso complexo militar-industrial. Da década de 1840 em diante, as inovações militares e industriais começaram a interagir mais e mais estreitamente com a área geográfica que estava em processo de se transformar na Alemanha. Foi precisamente essa interação que sustentou a espetacular industrialização da Alemanha e sua ascensão à condição de potência mundial na segunda metade do século XIX (cf. McNeill, 1984, cap. 7-8; Kennedy, 1987, p. 187, 210-1).

EDP  
Alexandre

O longo século XX  
 teve suas origens sistêmicas nessa situação de impossibilidade de efetuar uma rápida transformação das aplicações militares-industriais, cada vez maiores, num aumento equiparável de seu domínio sobre os recursos econômicos mundiais.

Como dissemos, essa obsessão impeliu os governantes alemães a tentarem, primeiro, seguir a via britânica e, depois, a via norte-americana de expansão territorial. Contudo, suas tentativas desencadearam uma súbita escalada dos conflitos internacionais, que inicialmente minaram e em seguida destruíram as bases da hegemonia britânica, mas que, nesse processo, infligiram danos ainda maiores à riqueza, poder e prestígio nacionais da própria Alemanha. A nação que mais se beneficiou da escalada da luta interestatal pelo poder foram os Estados Unidos, primordialmente por haverem herdado a posição de insularidade da Grã-Bretanha na principal interseção (ou principais interseções) do comércio mundial.

Assim como, no fim do século XVII e início do XVIII, o papel hegemônico havia-se tornado grande demais para um Estado das dimensões e recursos das Províncias Unidas, também no início do século XX esse papel tornou-se grande demais para um Estado das dimensões e recursos do Reino Unido. Em ambos os casos, o papel hegemônico coube a um Estado — o Reino Unido, no século XVIII, os Estados Unidos, no século XX — que passara a destruir de uma substancial "terra de proteção", isto é, de vantagens de custo exclusivas, associadas a um isolamento geo-estratégico absoluto ou relativo da(s) grande(s) sede(s) do conflito interestatal, por um lado, e de uma proximidade absoluta ou relativa da(s) grande(s) encruzilhada(s) do comércio mundial, por outro (cf. Dehio, 1962; Lane, 1979, p. 12-3; Chase-Dunn, 1989, p. 114-118). Mas esse Estado, em ambos os casos, era

capaz de deslocar o equilíbrio de poder entre os Estados rivais na direção que lhe conviesse. E, uma vez que a economia capitalista mundial havia-se expandido consideravelmente no século XIX, o território e os recursos necessários para alcançar a hegemonia no início do século XX eram muito maiores do que no século XVIII (cf. Chase-Dunn, 1989, p. 65-6; Goldstein e Rapkin, 1991; Thompson, 1992).

A maior dotação dos Estados Unidos em termos de dimensão territorial e de recursos no começo do século XX, comparados aos do Reino Unido no século XVIII, não são as únicas diferenças entre as lutas pela supremacia mundial nas duas épocas. Como já assinalamos, a luta do início do século XX ignorou a fase em que as nações territorialistas em competição procuram incorporar em seus domínios o principal Estado capitalista, como em vão tinham tentado fazer a França e a Inglaterra no fim do século XVII e início do XVIII. Além disso, é mais importante, a escalada do conflito interestatal no começo do século XX foi quase imediatamente seguida por um aumento do caos sistêmico. Na luta anterior pela supremacia mundial entre a França e a Inglaterra, mais de um século de conflitos armados entre as grandes potências tinha sido necessário para que a anarquia das relações internacionais se transformasse num caos sistêmico, sob o impacto de uma grande onda de rebeliões populares. Mas, no início do século XX, a anarquia converteu-se em caos sistêmico tão logo as grandes potências se enfrentaram num confronto declarado.

Poderosos movimentos de protesto social haviam começado no mundo inteiro antes mesmo da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Esses movimentos tinham como raízes — e almejavam subverter — a dupla exclusão na qual se baseava o imperialismo de livre comércio: dos povos não ocidentais, de um lado, e das massas não proprietárias ocidentais, de outro.

Sob a hegemonia britânica, os povos não ocidentais não eram reconhecidos como comunidades nacionais aos olhos da potência hegemônica e de seus aliados, clientes e seguidores. A hegemonia holandesa, através do Sistema de Vestfália, já havia dividido o mundo "numa Europa favorecida e numa zona residual de comportamentos alternativos" (Taylor, 1991, p. 21-2). Enquanto a Europa fora instituída como uma zona de "amizade" e de comportamento "civilizado", mesmo em tempos de guerra, a área externa à Europa fora instituída como uma zona à qual nenhum padrão de civilização era aplicável e onde os rivais podiam simplesmente ser variadas do mapa (Hertz, 1959, p. 67; Coplin, 1968, p. 22; Taylor, 1991, p. 21-2). O imperialismo britânico do livre comércio levou essa divisão um passo adiante. Enquanto a zona de amizade e comportamento civilizado se ampliou, de modo a incluir os Estados coloniais recém-emanipulados das Américas, e enquanto o direito das nações ocidentais de ir em busca da riqueza elevou-se acima dos direitos absolutos de governo de seus governantes, os povos não ocidentais foram privados, por princípio e na prática, dos mais elementos

Assim como, no fim do século XVII e início do XVIII, o papel hegemônico havia-se tornado grande demais para um Estado das dimensões e recursos das Províncias Unidas, também no início do século XX esse papel tornou-se grande demais para um Estado das dimensões e recursos do Reino Unido. Em ambos os casos, o papel hegemônico coube a um Estado — o Reino Unido, no século XVIII, os Estados Unidos, no século XX — que passara a destruir de uma substancial "terra de proteção", isto é, de vantagens de custo exclusivas, associadas a um isolamento geo-estratégico absoluto ou relativo da(s) grande(s) sede(s) do conflito interestatal, por um lado, e de uma proximidade absoluta ou relativa da(s) grande(s) encruzilhada(s) do comércio mundial, por outro (cf. Dehio, 1962; Lane, 1979, p. 12-3; Chase-Dunn, 1989, p. 114-118). Mas esse Estado, em ambos os casos, era

capaz de deslocar o equilíbrio de poder entre os Estados rivais na direção que lhe conviesse. E, uma vez que a economia capitalista mundial havia-se expandido consideravelmente no século XIX, o território e os recursos necessários para alcançar a hegemonia no início do século XX eram muito maiores do que no século XVIII (cf. Chase-Dunn, 1989, p. 65-6; Goldstein e Rapkin, 1991; Thompson, 1992).

A maior dotação dos Estados Unidos em termos de dimensão territorial e de recursos no começo do século XX, comparados aos do Reino Unido no século XVIII, não são as únicas diferenças entre as lutas pela supremacia mundial nas duas épocas. Como já assinalamos, a luta do início do século XX ignorou a fase em que as nações territorialistas em competição procuram incorporar em seus domínios o principal Estado capitalista, como em vão tinham tentado fazer a França e a Inglaterra no fim do século XVII e início do XVIII. Além disso, é mais importante, a escalada do conflito interestatal no começo do século XX foi quase imediatamente seguida por um aumento do caos sistêmico. Na luta anterior pela supremacia mundial entre a França e a Inglaterra, mais de um século de conflitos armados entre as grandes potências tinha sido necessário para que a anarquia das relações internacionais se transformasse num caos sistêmico, sob o impacto de uma grande onda de rebeliões populares. Mas, no início do século XX, a anarquia converteu-se em caos sistêmico tão logo as grandes potências se enfrentaram num confronto declarado.

Poderosos movimentos de protesto social haviam começado no mundo inteiro antes mesmo da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Esses movimentos tinham como raízes — e almejavam subverter — a dupla exclusão na qual se baseava o imperialismo de livre comércio: dos povos não ocidentais, de um lado, e das massas não proprietárias ocidentais, de outro.

Sob a hegemonia britânica, os povos não ocidentais não eram reconhecidos como comunidades nacionais aos olhos da potência hegemônica e de seus aliados, clientes e seguidores. A hegemonia holandesa, através do Sistema de Vestfália, já havia dividido o mundo "numa Europa favorecida e numa zona residual de comportamentos alternativos" (Taylor, 1991, p. 21-2). Enquanto a Europa fora instituída como uma zona de "amizade" e de comportamento "civilizado", mesmo em tempos de guerra, a área externa à Europa fora instituída como uma zona à qual nenhum padrão de civilização era aplicável e onde os rivais podiam simplesmente ser variadas do mapa (Hertz, 1959, p. 67; Coplin, 1968, p. 22; Taylor, 1991, p. 21-2). O imperialismo britânico do livre comércio levou essa divisão um passo adiante. Enquanto a zona de amizade e comportamento civilizado se ampliou, de modo a incluir os Estados coloniais recém-emanipulados das Américas, e enquanto o direito das nações ocidentais de ir em busca da riqueza elevou-se acima dos direitos absolutos de governo de seus governantes, os povos não ocidentais foram privados, por princípio e na prática, dos mais elementos



2020-2021 os povos não se converteram no ponto focal dessa onda de rebelião. Ao defender o direito de todos os povos à autodeterminação (o "an-

direitos à autodeterminação, através de uma dominação colonial despotica e da invenção de ideologias apropriadas, como a do "orientalismo" (cf. Said, 1978).

Ao mesmo tempo, as nações que se haviam transformado nas unidades componentes do sistema interestatal sob a hegemonia britânica eram, em geral, comunidades de proprietários, das quais as classes desprovidas de bens eram efetivamente excluídas. Assim, o direito dos cidadãos proprietários de buscar a riqueza foi elevado, não apenas acima dos direitos absolutos de governo dos governantes, mas também acima dos ancestrais direitos à vida das massas não proprietárias (cf. Polanyi, 1957). Tal como a democracia ateniense na Antiguidade, a democracia liberal do século XIX foi uma "oligarquia igualitária", na qual "uma classe dominante de cidadãos partilhava os direitos e os espólios do controle político" (McIver, 1932, p. 352).

Os povos não ocidentais e as massas não proprietárias do Ocidente sempre haviam resistido aos aspectos do imperialismo de livre comércio que afetavam mais diretamente seus direitos tradicionais à autodeterminação e à soberania. De modo geral, porém, sua resistência tinha sido ineficaz. Essa situação começou a mudar no fim do século XIX, como um resultado direto da intensificação da competição interestatal e da difusão da gestão econômica nacional como instrumento dessa competição.

O processo de socialização da gestão da guerra e do Estado — que, na leva anterior de lutas pela supremacia mundial, conduziu à "democratização do nacionalismo" — deu um passo à frente mediante a "industrialização da guerra", ou seja, o processo pelo qual as atividades de condução da guerra passaram a ter que contar com produtos mecânicos fabricados a máquina, em número, tamanho e variedade cada vez maiores (cf. Giddens, 1987, p. 223-4). Como resultado, os esforços produtivos das classes não proprietárias em geral, e do proletariado industrial em particular, tornaram-se um componente central dos esforços dos governantes para gerir o Estado e a guerra. O poder social dos não proprietários aumentou correspondentemente, o mesmo acontecendo com a eficácia de suas lutas pela proteção estatal à sua subsistência (cf. Carr, 1945, p. 19).

Nessas circunstâncias, a eclosão da guerra entre as grandes potências estava fadada a ter um impacto contraditório nas relações governante-governado. Por um lado, ela aumentou o poder social dos não proprietários, direta ou indiretamente envolvidos no esforço militar-industrial dos governantes; por outro, cerceou os meios disponíveis para que estes últimos absorvessem esse poder. Essa contradição evidenciou-se no decorrer da Primeira Guerra Mundial, quando alguns anos de hostilidades declaradas foram suficientes para deflagrar a mais séria onda de protestos e rebeliões populares até então experimentada pela economia capitalista mundial (Silver, 1992, 1995).

A Revolução Russa de 1917 logo se converteu no ponto focal dessa onda de rebelião. Ao defender o direito de todos os povos à autodeterminação (o "an-

Contra o sistema de três hegemonias do capitalismo histórico (britânico, francês e alemão) e a primazia dos direitos de subsistência sobre os direitos de propriedade e de governo (o "internacionalismo proletário"), os líderes da Revolu-

Revolução Russa criaram a ameaça de tornar muito mais complicada a operação do sistema interestatal, num grau até então desconhecido. A princípio, o impacto da Revolução de 1917 foi semelhante ao da Revolução Americana de 1776. Ou seja, ela fomentou o revanchismo da grande potência que acabara de ser derrotada, na luta pela supremacia mundial (no caso, a Alemanha) e, com isso, levou a uma nova rodada de conflitos escancarados entre as grandes potências.

O sistema interestatal passou a se polarizar em duas facções opostas e antagonicas. A facção dominante, encabeçada pelo Reino Unido e a França, era conservadora, ou seja, orientada para preservar o imperialismo de livre comércio. Em oposição a ela, os novatos na luta pelo poder mundial, que não dispunham nem de um império colonial respeitável nem das conexões certas nas redes do comércio e das finanças mundiais, juntaram-se como defensora do antagonismo da Alemanha nazista. Essa facção apresentou-se como defensora do antagonismo do poder soviético, que, direta ou indiretamente, barrava suas ambições expansionistas — quer o *Lebensraum* alemão, quer o *tairiku* japonês ou o *mare nostrum* italiano. Não obstante, ela calculou que a melhor maneira de atender a seus objetivos contra-revolucionários era um confronto preliminar ou concomitante com a facção conservadora.

Esse confronto culminou na completa desintegração do mercado mundial e em violações sem precedentes dos princípios, normas e regras do Sistema de Versália. E mais, tal como as Guerras Napoleônicas, 150 anos antes, a Segunda Guerra Mundial funcionou como uma poderosa corrente de transmissão para a revolução social, que, durante e depois da guerra, espalhou-se por todo o mundo não ocidental, sob a forma de movimentos nacionalistas de libertação. Sob o impacto conjunto da guerra e da revolução, os últimos remanescentes da ordem mundial do século XIX foram eliminados e, mais uma vez, a sociedade mundial pareceu achar-se num estado de desorganização irremediável. Em 1945, como observa Franz Schurmann (1974, p. 44), muitos funcionários de governo norte-americanos "haviam passado a acreditar que uma nova ordem mundial seria a única possibilidade de garantia contra o caos seguido de revoluções".

Tal como o Reino Unido no início do século XIX, os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos, primeiramente, por conduzir o sistema interestatal à restauração dos princípios, normas e regras do Sistema de Versália; depois, passaram a governar e a reformular o sistema que haviam restabelecido. Mais uma vez, essa capacidade de reformular o sistema interestatal baseou-se numa percepção, difundida entre governantes e cidadãos do sistema, de que os interesses nacionais do Estado hegemônico incorporavam um interesse geral. Essa percepção foi fomentada pela capacidade dos governantes norte-americanos de formular e oferecer uma solução para os problemas em torno dos quais a luta pelo poder —

Do confronto entre as três hegemonias do capitalismo histórico (britânico, francês e alemão) e a primazia dos direitos de subsistência sobre os direitos de propriedade e de governo (o "internacionalismo proletário"), os líderes da Revolu-



depois de 1917. (Ver Mayer, 1971, cap. 2, sobre a distinção entre esses três tipos de forças no período em exame.)

Comparadas com as elites governantes das grandes potências conservadoras e reacionárias, as facções mais esclarecidas da elite dirigente norte-americana mostraram desde o começo uma consciência muito mais clara de quais eram esses problemas:

Sob muitos aspectos, o traço mais significativo do programa de Wilson e do de Lênin é que eles não eram centrados na Europa, mas abrangiam o mundo inteiro: em outras palavras, ambos trataram de apelar para todos os povos do mundo. (...) Ambos implicavam uma negação do sistema europeu precedente, quer ele se restringisse à Europa, quer se espalhasse (...) pelo mundo inteiro. (...) A convocação de Lênin para uma revolução mundial evocou, como um contragolpe deliberado, os Quatorze Pontos de Wilson: a solidariedade do proletariado e a revolta contra o imperialismo tiveram por adversários a autodeterminação e o século do homem comum. (Barraclough, 1967, p. 121; ver também Mayer, 1959, p. 33-4, 290)

Essa resposta reformista aos desafios formulados pela Revolução Russa antepôs-se muito a sua época. Mas, uma vez posta em marcha a luta entre as forças conservadoras e reacionárias da política mundial, que resultou num aumento maciço do poderio mundial dos Estados Unidos e da União Soviética, estava montado o cenário para a reformulação do sistema interestatal, de modo a acolher as demandas dos povos não ocidentais e dos não proprietários.

Depois da Segunda Guerra Mundial, concedeu-se a todos os povos, "ocidentais" ou "não ocidentais", o direito à autodeterminação, ou seja, a se constituírem em comunidades nacionais e, uma vez constituídos, a serem aceitos como membros plenos do sistema interestatal. Nesse aspecto, a "descolonização" e a formação da Organização das Nações Unidas, cuja Assembleia Geral reuniu todas as nações em pé de igualdade, foram os correlatos mais significativos da hegemonia norte-americana.

Ao mesmo tempo, a provisão da subsistência a todos os cidadãos tornou-se o objetivo fundamental a ser perseguido pelos membros do sistema interestatal. Assim como a ideologia liberal da hegemonia britânica havia elevado a busca da riqueza pelos súditos proprietários acima dos direitos absolutos de governo dos governantes, a ideologia da hegemonia norte-americana elevou o bem-estar de todos os cidadãos (o "consumo em massa" em alto grau) acima dos direitos absolutos de propriedade e dos direitos absolutos de governo. Se a hegemonia britânica havia expandido o sistema interestatal de modo a acomodar a "democratização" do nacionalismo, a hegemonia norte-americana levou essa expansão adiante, acomodando seletivamente a "proletarização" do nacionalismo.

Mais uma vez, a expansão implicou uma superação. A superação do Sistema

de Viena pelo imperialismo de livre comércio fora real, mas parcial. Os princípios, normas e regras de comportamento restabelecidos pelo Congresso de Viena permitiram que os membros do sistema interestatal gozassem de considerável liberdade de movimentos para organizar suas relações internas e internacionais. O livre comércio atingiu a soberania dos governantes, mas a capacidade destes de se "desvincular" das redes de comércio e poder do Estado hegemônico, se assim desejassem, continuou a ser considerável. Acima de tudo, a guerra e a expansão territorial continuaram a ser meios legítimos, aos quais os membros do sistema interestatal poderiam recorrer na busca de seus objetivos.

Ademais, sob a hegemonia britânica não havia organizações independentes do poder estatal com capacidade para gerir o sistema interestatal. O direito internacional e o equilíbrio do poder continuaram a operar, como tinham feito desde 1650, entre os Estados, e não acima deles. Como vimos, o Concerto de Nações Europeias, a *haute finance* e o mercado mundial funcionavam, todos, acima dos chefes da maioria dos Estados. Contudo, tinham pouca autonomia organizacional em relação ao poder mundial do Reino Unido. Eram instrumentos de governo de determinado Estado sobre o sistema interestatal, e não organizações autônomas que tivessem predomínio sobre ele.

Em comparação com o imperialismo de livre comércio, as instituições da hegemonia norte-americana restringiram consideravelmente os direitos e poderes de as nações soberanas organizarem relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como lhes aprouvesse. Os governos nacionais têm estado menos livres do que nunca para perseguir seus objetivos por meio da guerra, da expansão territorial e, em grau menor, mas ainda assim significativo, das violações dos direitos civis e humanos de seus cidadãos. Na visão original de Franklin Roosevelt sobre o mundo do pós-guerra, essas restrições equivaleram a nada menos que uma completa superação da própria ideia de soberania do Estado.

O aspecto crucial da visão de Roosevelt

era que a segurança do mundo tinha que ser fundamentada no poder norte-americano, exercido através de sistemas internacionais. Mas, para que esse esquema tivesse um amplo apelo ideológico para os povos sofredores do mundo, ele tinha que emanar de uma instituição menos esotérica do que um sistema monetário internacional, e menos rude do que um conjunto de alianças ou bases militares. (Schunmann, 1974, p. 68)

Essa instituição viria a ser a Organização das Nações Unidas, com seu apelo ao desejo universal de paz, de um lado, e ao desejo de independência e progresso das nações pobres, e de sua eventual igualdade com as nações ricas, de outro. As implicações políticas dessa visão foram realmente revolucionárias:

Pela primeira vez na história do mundo, houve uma institucionalização concreta da ideia de um governo mundial. Enquanto a Liga das Nações fora

... a Organização das Nações Unidas foi abertamente guiada pelas idéias políticas norte-americanas. (...) Nada teve de revolucionário o tipo de sistema mundial que a Grã-Bretanha criou durante seu império. Houve algo de revolucionário no sistema mundial de mercado que emanou da Grã-Bretanha no século XVIII e criou o capitalismo internacional. (...) A verdadeira grandeza imperial da Grã-Bretanha foi econômica, não política. A Organização das Nações Unidas, entretanto, foi e continua a ser uma idéia política. A Revolução Americana havia provado que as nações podiam ser construídas através de atos conscientes e deliberados dos homens. Até então, presumia-se que elas apenas cresciam naturalmente, ao longo de extensos períodos de tempo. (...) Desde a Revolução Americana, criaram-se muitas nações novas. (...) O que Roosevelt teve a audácia de conceber e implementar foi a extensão desse processo de construção de governo ao mundo em geral. Não se deve subestimar a força dessa visão, mesmo quando se observa a esfarrapada realidade que começou a emergir antes mesmo da Conferência de San Francisco. (Schurmann, 1974, p. 71)

A realidade tornou-se ainda mais esfarrapada após a formação da ONU, quando a Doutrina Truman reduziu a visão de Roosevelt ao projeto político mais realista que passou a se encarnar na ordem mundial da Guerra Fria. O "unimundismo" de Roosevelt — que incluía a União Soviética entre as nações pobres do mundo a serem incorporadas na progressiva Pax Americana, para o bem e a segurança de todos — transformou-se no "livre-mundismo", que converteu a contenção do poderio soviético no grande princípio organizador da hegemonia norte-americana. O idealismo revolucionário de Roosevelt, que via na institucionalização da idéia de um governo mundial o instrumento primário pelo qual o New Deal norte-americano seria estendido ao mundo inteiro, foi atestado pelo realismo reformista de seus sucessores, que institucionalizaram o controle norte-americano do dinheiro mundial e do poderio militar global como o instrumento primário da hegemonia dos Estados Unidos (cf. Schurmann, 1974, p. 5, 67, 77).

A medida que esses instrumentos mais tradicionais de poder foram sendo dispostos na proteção e reorganização do "mundo livre", as organizações de Bretton Woods (o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) e a ONU tornaram-se instrumentos suplementares, administrados pelo governo dos Estados Unidos no exercício de suas funções hegemônicas mundiais; na impossibilidade de serem usadas dessa maneira, essas instituições foram impedidas de exercer suas próprias funções. Assim, durante todo o período das décadas de 1950 e 1960, o FMI e o Banco Mundial desempenharam um papel pequeno ou nulo na regulamentação do dinheiro mundial, comparados e relacionados com um seleto conjunto de bancos centrais nacionais, liderados pelo Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos. Somente com a crise da hegemonia norte-

vez, as organizações de Bretton Woods alcançaram-se a uma posição de destaque na regulamentação monetária global. De forma semelhante, o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU foram usados como instrumento pelo governo dos Estados Unidos para legitimar sua intervenção na guerra civil da Coreia no início da década de 1950 e, posteriormente, perderam toda a sua centralidade na regulamentação dos conflitos internacionais, até serem revitalizados no fim da década de 1980 e início da seguinte.

Voltemos à importância desse recente ressurgimento das organizações de Bretton Woods e da ONU. Por enquanto, porém, permitam-nos enfatizar que o uso instrumental e a atrofia parcial dessas organizações, no momento da expansão máxima da hegemonia mundial norte-americana, não implicaram um retorno às estratégias e estruturas da hegemonia mundial britânica. A parte o fato de que, por sua simples permanência, as organizações de Bretton Woods e a ONU conservaram muito de seu valor ideológico na legitimação da hegemonia norte-americana — em nítido contraste com a ausência de organizações transatlânticas e internacionais de visibilidade, permanência e legitimidade equiparáveis no estabelecimento e reprodução da hegemonia britânica —, o "livre-mundismo" norte-americano tanto foi uma negação quanto um prolongamento do imperialismo britânico de livre comércio. Um prolongamento porque, tal como este, restabeleceu e ampliou o Sistema de Vestfália, após um período de caos crescente nas relações interestatais e intra-estatais. Mas também uma negação, porque não foi baseado nem no "imperialismo" nem no "livre comércio", ao menos não no sentido do imperialismo britânico de livre comércio.

A operacionalização reducionista da visão de Roosevelt, através do estabelecimento da ordem mundial da Guerra Fria, longe de diminuir, fortaleceu o impulso "antimperialista" e "anti-livre-cambista" da hegemonia norte-americana. Essa operacionalização reducionista simplesmente institucionalizou a competição ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, que se configurou pela primeira vez quando a convocação de Lênin para uma revolução mundial provocou a proclamação de Wilson sobre os direitos de todos os povos à autodeterminação, e os do "homem comum" a uma vida digna. E, embora a institucionalização dessa competição tenha estreitado consideravelmente os parâmetros pelos quais a hegemonia norte-americana legitimou as demandas de progresso dos povos não ocidentais e das classes não proprietárias do mundo, ela também acelerou o processo de reorganização da economia capitalista mundial para atender a essas demandas dentro do máximo das possibilidades do governo norte-americano.

Assim, há poucas dúvidas de que o processo de descolonização do mundo não ocidental teria sido muito mais problemático do que realmente foi, ou teria levado muito mais tempo do que realmente levou para se desdobrar, não fosse a

Conheço os 1940 e de guerra entre a Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos

intensa competição ideológica e política que jogou os Estados Unidos contra a União Soviética no fim da década de 1940 e início da seguinte. Sem dúvida, essa mesma competição intensa levou o governo dos Estados Unidos a tripudiar do direito do povo coreano e, mais tarde, do direito do povo vietnamita de resolver, sem interferência externa, a disputa que levava os governos de seus territórios do norte e do sul a entrar em guerra. Mas esse atropelo aos direitos costumeiros das nações soberanas nada mais foi do que um aspecto da expansão do Sistema de Vestfália sob a hegemonia norte-americana, mediante a introdução de restrições sem precedentes à liberdade das nações soberanas de organizar as relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como bem lhes aprouvesse.

No auge de sua hegemonia mundial, o governo britânico não fora em socorro da Confederação (livre-cambista) contra a União (ferozmente protecionista), durante a Guerra Civil Americana. Em vez disso, deixou seus ex-colonos à vontade para massacrarem uns aos outros na mais sangrenta guerra travada sob a hegemonia britânica, e se concentrou, ao contrário, na consolidação de seu controle sobre o império indiano e no lançamento das bases da maior onda de colonização que o mundo jamais viu. No auge de sua hegemonia, em contraste, o governo norte-americano colocou-se como substituto dos regimes "livre-cambistas" da Coreia do Sul e do Vietnã do Sul, em suas respeitadas guerras contra os regimes da Coreia do Norte e do Vietnã do Norte. Ao mesmo tempo, entretanto, ele estimulou ativamente a maior onda de descolonização que o mundo já viu. (A respeito das ondas de colonização e descolonização, ver Bergesen e Schoenberg, 1980, p. 234-5.) Essas tendências contrastantes, no auge das respectivas hegemonias mundiais dos governos britânico e norte-americano, fornecem uma vívida ilustração dos impulsos divergentes dessas duas hegemonias. Se designarmos o impulso principal da hegemonia britânica como "imperialista", não teremos alternativa senão designar o impulso principal da hegemonia norte-americana como "antiimperialista" (cf. Arrighi, 1983).

Esse impulso oposto da hegemonia norte-americana em relação à britânica reproduziu o padrão de "regressão" já evidenciado no desenvolvimento da hegemonia britânica. Assim como a expansão e a superação do Sistema de Vestfália, sob a hegemonia britânica, haviam-se baseado em estratégias e estruturas de governo e acumulação em escala mundial que mais se assemelhavam às da Espanha Imperial do século XVI do que às da hegemonia holandesa, a expansão e a superação desse mesmo sistema, sob a hegemonia norte-americana, implicaram uma "regressão" a estratégias e estruturas de governo e acumulação em escala mundial que mais se assemelham às da hegemonia holandesa que às da britânica. O "antiimperialismo", assim definido, é uma dessas semelhanças. Embora os Estados Unidos tenham-se formado através de um territorialismo "inferno" sem precedentes, nem a hegemonia holandesa nem a norte-americana basearam-se no tipo de "império mundial" territorial em que se alicerçara a hegemonia britânica.

E, inversamente, a hegemonia holandesa e a dos Estados Unidos fundamentaram-se, ambas, na liberdade de movimentos de autodeterminação nacional — um movimento estritamente europeu, no caso dos holandeses, e um movimento universal, no dos Estados Unidos —, de um modo como nunca fizera a hegemonia britânica. É fato que a Grã-Bretanha conduziu as nações emergentes da onda norte-americana de autodeterminação nacional para uma ordem mundial do livre comércio. Mas essa ordem baseou-se na plena realização das inclinações "imperialistas" britânicas na Ásia e na África. Ao abandonar a via de desenvolvimento imperial britânica em favor de um territorialismo estritamente doméstico, os Estados Unidos reproduziram, em escala incomparavelmente maior, a via de desenvolvimento nacional mais típica da hegemonia holandesa.

Considerações semelhantes aplicam-se ao impulso "anti-livre-cambista" da hegemonia norte-americana. Tem sido assinalado o desvio da hegemonia norte-americana dos princípios e práticas do liberalismo do século XIX, em favor de uma maior responsabilidade governamental na regulamentação econômica e no bem-estar dos cidadãos (ver, por exemplo, Ruggie, 1982; Lipson, 1982; Keohane, 1984b; Ikenberry, 1989; Mjoset, 1990). Todavia, a ênfase no "liberalismo" das duas ordens hegemônicas, comparado ao "mercantilismo" do período intermediário de luta pela hegemonia, tem obscurecido a divergência fundamental entre a nova ordem mundial norte-americana da Guerra Fria e as políticas e ideologias de livre comércio da Grã-Bretanha do século XIX. A verdade é que o governo norte-americano nunca chegou sequer a considerar a adoção do tipo de livre comércio *unilateral* que a Grã-Bretanha praticou desde a década de 1840 até 1931. O livre comércio ideologizado e praticado pelo governo dos Estados Unidos, em todo o período de seu predomínio hegemônico, tem sido, antes, uma estratégia de negociação intergovernamental — bilateral e multilateral — sobre a liberalização do comércio, visando basicamente abrir as portas das outras nações aos produtos e às empresas norte-americanos. As crenças do século XIX no "mercado auto-regulador" — no sentido de Polanyi (1957) — só se converteram na ideologia oficial do governo norte-americano na década de 1980, nas administrações de Reagan e Bush, em resposta à crise hegemônica da década de 1970. Mesmo nessa época, entretanto, foram muito limitadas as medidas unilaterais de liberalização do comércio efetivamente adotadas pelo governo dos Estados Unidos.

Seja como for, o livre comércio não desempenhou papel algum na formação da ordem mundial da Guerra Fria. Longe de constituir a política que uniu os Estados Unidos e a Europa Ocidental,

[o livre comércio] foi a questão que os dividiu. (...) [A] Comunidade do Atlântico do pós-guerra só passou a existir depois que os Estados Unidos, impelidos por seu medo do comunismo russo e do comunismo europeu intenso, eliminaram seus escrúpulos liberais, a bem da "segurança mútua" e da rápida recuperação da Europa. (...) A economia ficou subordinada à política.

Logo depois disso os Estados Unidos se impulsionou a livre-cambista

EUROPEAN, em escala e abrangência. No de crise...  
políticas, e qual levou a três hegemônias do capitalismo: história.

O comércio recebeu instruções da bandeira. E a hegemonia da América sobre a Europa assumiu uma forma mais visível do que o imperialismo de livre comércio, e também uma forma mais útil e aceitável para os europeus. (Calleo e Rowland, 1973, p. 43)

Essa forma mais útil e aceitável de hegemonia afastou-se da forma britânica do século XIX em diversos aspectos. Para começar, a moeda mundial passou a ser regulamentada pelo Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos, atuando em concerto com bancos centrais seletivos de outras nações, em nítido contraste com o sistema oitocentista de regulamentação privada, baseado nas redes cosmopolitas da *haute finance*, centradas em Londres, e controlado por elas. O sistema de dólar regulamentado pelo Estado conferiu ao governo dos Estados Unidos uma liberdade de ação muito maior do que o governo britânico jamais tivera, nos termos da regulamentação privada do padrão ouro no século XIX (Mjosef, 1990, p. 39). As restrições de mercado acabaram por reduzir drasticamente essa liberdade de ação. Mas, enquanto o governo norte-americano exerceu um controle efetivo sobre a liquidez mundial — como fez durante a década de 1950 e a maior parte da seguinte —, ele pôde usar esse controle para promover e sustentar uma expansão generalizada do comércio mundial, que tem poucos precedentes na história capitalista (ver capítulo 4).

Da mesma forma, o principal instrumento de formação do mercado mundial sob a hegemonia norte-americana, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), deixou nas mãos dos governos em geral, e do governo dos Estados Unidos em particular, o controle sobre o ritmo e a direção da liberalização comercial. Através da liberalização unilateral de seu comércio exterior no século XIX, a Grã-Bretanha havia *ipso facto* renunciado à possibilidade de usar a perspectiva dessa liberalização como arma para forçar os outros governos a liberalizarem seu comércio. Por nunca haverem renunciado ao uso dessa arma através de livre comércio unilateral, os Estados Unidos instituíram um regime comercial muito menos "generoso" para com o resto do mundo do que o britânico. Mas, como assinalou Krasner (1979), enquanto os Estados Unidos operaram num nível mais alto na hierarquia das necessidades do que seus aliados — como fizeram durante as décadas de 1950 e 1960 —, eles puderam permitir-se priorizar os objetivos da Guerra Fria e ser generosos na negociação de rodadas sucessivas de liberalização comercial. Com isso, atingiu-se um grau muito mais amplo de livre comércio *multilateral* sob a hegemonia norte-americana, comparado ao da britânica. Não obstante, o que acabou emergindo não foi um regime de livre comércio; foi, antes, "um arranjo improvisado de comércio mundial, que não é nem aberto nem autárquico" (Lipson, 1982, p. 446), ou, pior ainda, uma "estrutura política desengonçada, feita de relações diplomáticas *ad hoc* entre o Japão, o Mercado Comum Europeu e os Estados Unidos, e de acordos bilaterais entre estes e os outros países menores" (Strange, 1979, p. 323).

Alié disso, o GATT, principal instrumento de organização do comércio mundial, possibilitou aos Estados Unidos o controle do comércio.

Uma terceira diferença, muito mais fundamental, entre a hegemonia norte-americana e a britânica tem sido a tendência de "internalização" de uma parcela expressiva e crescente do comércio mundial em empresas transnacionais de grandes dimensões e de hierarquia vertical, parcela esta que é administrada por elas. Não é fácil obter dados sobre esse "comércio" internacional, que em verdade consiste em transações intrafirmas. Mas várias estimativas indicam que a proporção do comércio mundial composto de transações intrafirmas elevou-se de algo da ordem de 20% a 30%, na década de 1960, para algo da ordem de 40% a 50% no fim da década de 1980 e início da de 1990. Segundo Robert Reich, "em 1990, mais da metade das exportações e importações da América, em valor, foram simplesmente transferências desses produtos e dos serviços correlatos dentro de corporações globais" (Reich, 1992, p. 114, grifo no original).

Esse aspecto da hegemonia norte-americana reflete a centralidade do investimento direto, e não do comércio, na reconstrução da economia capitalista mundial desde a Segunda Guerra. Como observou Robert Gilpin (1975, p. 11), "a essência do investimento direto das empresas multinacionais norte-americanas" tem sido a transferência do controle administrativo de setores substanciais das economias estrangeiras para cidadãos norte-americanos. Em seu caráter, portanto, esses investidores diretos em outros países são mais parecidos com as empresas comerciais da era mercantilista do que com os livre-cambistas e os capitalistas financeiros que dominaram a Grã-Bretanha no século XIX." Constatando que as empresas comerciais a que Gilpin se refere foram o principal instrumento através do qual os agentes governamentais e empresariais holandeses transformaram sua supremacia comercial regional, primordialmente baseada no controle do comércio do Báltico, numa supremacia comercial mundial no século XVII, a expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas no século XX constitui outro aspecto da "regressão" da hegemonia dos Estados Unidos às estratégias e estruturas que foram típicas da hegemonia holandesa (ver capítulos 2 e 4).

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre as companhias de comércio e navegação dos séculos XVII e XVIII, por um lado, e as empresas multinacionais do século XX, por outro. As primeiras eram organizações parcialmente governamentais e parcialmente empresariais, que se especializavam territorialmente, excluindo todas as outras organizações similares. As empresas multinacionais do século XX, em contraste, são organizações estritamente comerciais, que se especializam funcionalmente em linhas de produção e distribuição específicas, em múltiplos territórios e jurisdições, em cooperação e em concorrência com outras organizações similares.

Grças a sua especialização territorial, as companhias de comércio e navegação de todas as nacionalidades eram de número muito reduzido. Em momento algum ultrapassaram cerca de uma dúzia, e um número ainda menor, em qualquer período histórico de controle da atividade por elas.

menor realmente obteve sucesso como empresas governamentais ou comerciais. Não obstante, em termos individuais e coletivos, essas companhias tiveram um papel fundamental na consolidação e expansão do sistema europeu de Estados soberanos.

Gracias a sua transterritorialidade e a sua especialização funcional, o número de empresas multinacionais que prosperaram sob a hegemonia norte-americana tem sido incomparavelmente maior. Uma estimativa de 1980 situou o número de companhias transnacionais em mais de 10 mil, e o número de suas afiliadas estrangeiras em 90 mil (Stopford e Dunning, 1983, p. 3). No início da década de 1990, segundo outra estimativa, essas cifras haviam-se elevado para 35 mil e 175 mil, respectivamente (*The Economist*, 27 de março de 1993, p. 5, citado em Ikeda, 1993).

Longe de consolidar o exclusivismo territorial dos Estados como "continentes de poder", esse crescimento explosivo das empresas transnacionais tornou-se o mais importante fator isolado a minar a essência desse exclusivismo. Por volta de 1970, quando começou a crise da hegemonia norte-americana, tal como encarnada na ordem mundial da Guerra Fria, as empresas multinacionais haviam evoluído para um sistema de produção, intercâmbio e acumulação, em escala mundial, que não estava sujeito a nenhuma autoridade estatal e tinha o poder de submeter a suas próprias "leis" todo e qualquer membro do sistema interestatal, inclusive os Estados Unidos (ver capítulo 4). A emergência desse sistema de livre iniciativa — livre, bem entendido, das restrições impostas pelo exclusivismo territorial dos Estados aos processos de acumulação de capital em escala mundial — foi o resultado mais característica da hegemonia norte-americana. Ela marcou um novo momento decisivo no processo de expansão e superação do Sistema de Vestfália, e é bem possível que tenha dado início à decadência do moderno sistema interestatal como *locus primário* do poder mundial.

Robert Reich (1992, p. 3) fala na importância decrescente das economias e sociedades nacionais sob o impacto das "forças centrífugas da economia global, que rompem os laços que unem os cidadãos". Peter Drucker (1993, p. 141-56) identifica uma deterioração sistemática do poder dos Estados nacionais sob o impacto conjunto de três forças: o "transnacionalismo" dos tratados multilaterais e das organizações supra-estatais, o "regionalismo" de blocos econômicos como a União Européia e o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), e o "tribalismo" da ênfase crescente na diversidade e na identidade. Seja qual for o diagnóstico, desenvolver-se uma percepção geral de que a utilidade e o poder dos Estados nacionais estão diminuindo:

O principal agente autônomo dos assuntos políticos e internacionais dos últimos séculos parece não apenas estar perdendo seu controle e integridade, como também ser o tipo errado de unidade para lidar com as circunstâncias

mais recentes. Para alguns problemas, ele é grande demais para funcionar como o agente político de referência. Para outros, ele é pequeno demais para funcionar como o agente político de referência. (Resort, 1993, p. 141-56)

eficiência; para outros, é pequeno demais. Como consequência, há pressões no sentido de uma "relocação da autoridade" para cima e para baixo, criando estruturas que possam reagir melhor às forças de mudança do presente e do futuro. (Kennedy, 1993, p. 131, grifo no original)

#### POR UM NOVO PROGRAMA DE PESQUISAS

Terence Hopkins (1990, p. 411) sugeriu que as hegemônias holandesas, britânica e norte-americana devem ser interpretadas como "momentos" sucessivos na formação do sistema capitalista mundial. "A hegemonia holandesa possibilitou uma economia capitalista mundial como sistema social histórico; a hegemonia britânica tornou mais nítidos seus alicerces e a deslocou para uma dominação global; a hegemonia norte-americana ampliou seu alcance, estrutura e penetração e, ao mesmo tempo, libertou os processos que vêm promovendo sua derrota." Neste capítulo, propõe-se um esquema similar, em cujos termos o sistema interestatal instituído sob a hegemonia holandesa expandiu-se através de duas redições sucessivas da soberania e da capacidade de autonomia das unidades que o compõem.

A hegemonia britânica expandiu o sistema através da inclusão das nações de colônias que emergiram da descolonização das Américas, e através da elevação dos direitos de propriedade dos cidadãos acima dos direitos de soberania dos governantes. O sistema assim instituído ainda era um sistema de soberanias mutuamente legitimadoras e territorialmente exclusivas, como o Sistema de Vestfália original. Mas era um sistema sujeito ao governo britânico — um governo que a Grã-Bretanha pôde exercer em virtude de seu controle sobre o equívoco de poder europeu, sobre um vasto e denso mercado mundial centrado na própria Grã-Bretanha, e sobre um império britânico global. Embora essa gestão fosse largamente percebida como exercendo-se em prol do interesse geral dos Estados integrantes do sistema, ela implicava direitos de soberania menos exclusivos do que aqueles de que se havia realmente desfrutado no Sistema de Vestfália original.

Esse processo evolutivo de expansão e superação simultâneas do moderno sistema interestatal foi levado um passo à frente por sua reconstrução ampliada sob a hegemonia norte-americana. A medida que o sistema passou a incluir os Estados não ocidentais que emergiram da descolonização da Ásia e da África, não só os direitos de propriedade, mas também os direitos dos cidadãos à subsistência foram elevados; em princípio, acima dos direitos de soberania dos governantes. Além disso, pressões e restrições sobre a soberania estatal passaram a ser incorporadas em organizações supranacionais — muito especialmente, na ONU e nas organizações de Bretton Woods — que, pela primeira vez na era moderna, institucionalizaram a ideia de um governo mundial (e, pela primeira vez na história

... ao longo século XX  
... evolução V/SUT, do qual...  
... a hegemonia norte-americana...

... hegemônias do capitalismo histórico  
... ao mesmo tempo, libertou os processos que vêm promovendo sua derrota...  
... a capacidade de autonomia das unidades que o compõem...

EE

EEV

EV

EVV



117  
76  
O LONGO SÉCULO XX  
O processo de superação da soberania pelos Estados

do mundo, a idéia de um governo mundial que abrangesse todo o globo). Com o estabelecimento da ordem mundial da Guerra Fria, os Estados Unidos abandonaram o "unimundismo" de Roosevelt em favor do "bivir-mundismo" de Truman, e se substituíram à ONU na gestão do sistema mundial. Mas a escala, o alcance e a eficiência da gestão norte-americana do mundo, bem como a concentração de meios militares, financeiros e intelectuais exibidos para esse fim, ultrapassaram em muito as finalidades e recursos da hegemonia britânica do século XIX.

Assim, o moderno sistema interestatal adquiriu sua atual dimensão global através de hegemonias sucessivas, de abrangência crescente, que reduziram correspondentemente a exclusividade dos direitos de soberania efetivamente desfrutados por seus membros. A continuar esse processo, uma nova ampliação da abrangência da próxima hegemonia mundial, em termos territoriais e funcionais, exigiria nada menos do que um verdadeiro governo mundial, tal como imaginado por Roosevelt. Assim, estamos de volta, por uma trajetória diferente e mais indireta, a uma das perguntas levantadas na Introdução. Terá o Ocidente atingido tamanho grau de poder mundial, sob a liderança dos Estados Unidos, que esteja à beira de pôr fim à história capitalista, tal como inserida na ascensão e expansão do moderno sistema interestatal?

Decerto há sinais de que isso está dentro do âmbito das possibilidades históricas, como um desfecho da crise de hegemonia das décadas de 1970 e 1980. Assim, a revitalização das organizações de Bretton Woods e da ONU, na década de 1980 e no início da seguinte, mostra que os grupos dominantes dos Estados Unidos estão bem cientes do fato de que até mesmo a uma nação tão poderosa quanto seu país faltam os recursos materiais e ideológicos necessários para exercer um mínimo de funções governamentais num mundo cada vez mais caótico. Se esses mesmos grupos estarão dispostos a renunciar aos sinais externos — e menos ainda à essência — da soberania nacional, o que seria necessário para uma ação efetiva através de organizações supranacionais, ou se são minimamente capazes de idealizar e articular para essa ação um objetivo social que a legitime mundialmente, e com isso aumente suas probabilidades de êxito, são perguntas totalmente diferentes, que, por enquanto, merecem uma resposta enfaticamente negativa. No entanto, não há razão para supor que, nesta como nas transições hegemônicas do passado, o que num dado momento se afigura improvável ou mesmo impensável não possa tornar-se provável e eminentemente plausível num momento posterior, sob o impacto de uma escalada do caos sistêmico.

O avesso desse processo de formação de um governo mundial é a crise das nações territoriais como instrumentos efetivos de governo. Robert Jackson cunhou a expressão "quase-Estados" para se referir aos Estados aos quais foi concedido o *status* jurídico de nações, e que com isso se tornaram membros do sistema interestatal, mas aos quais falta a capacidade necessária para exercer as funções de governo historicamente associadas à condição de Estado. Nessa visão, os exem-

plos mais claros de tal situação são fornecidos pelas nações do Terceiro Mundo que emergiram da onda de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial:

As nações ex-colônias foram internacionalmente emancipadas e detêm os mesmos direitos e responsabilidades externos de todos os outros Estados soberanos: a condição jurídica de Estado. Ao mesmo tempo, contudo, muitas (...) revelam uma limitada condição empírica de Estado: suas populações não gozaram de muitas das vantagens tradicionalmente associadas à condição de Estado independente. (...) Os benefícios concretos que justificaram historicamente os ônus inevitáveis da soberania de Estado limitam-se, muitas vezes, a elites bastante reduzidas, e ainda não se estenderam à cidadania em geral. (...) Esses Estados são primordialmente jurídicos. Ainda estão longe de haver concluído sua formação, por assim dizer, e a condição empírica de Estado, em larga medida, ainda está por ser construída. Por conseguinte, refiro-me a eles como "quase-Estados". (Jackson, 1990, p. 21)

Se a situação de quase-Estado designa uma falta mais ou menos fundamental de capacidade efetiva de gestão do Estado, em relação às expectativas estabelecidas teórica ou historicamente, então ela tem sido uma situação muito mais generalizada do moderno sistema interestatal do que supõe Jackson. Como assinalou John Boli (1993, p. 10-1), os aspectos internos e externos da soberania nacional são, em essência, teorias sobre a legitimidade da autoridade. As sociedades nacionais organizadas em Estados são teorizadas como o supra-sumo da autoridade legítima, "nem subordinada à sociedade mundial nem contestada pelas sociedades ou organizações locais". A teoria, entretanto, "é amiúde violada pelos fatos".

Depois de examinar os fatos, Charles Tilly (1975, p. 39) obteve como a própria gestão de Estado eutopia apresenta muito mais exemplos de fracasso do que de sucesso: "A distribuição desproporcional do sucesso e do fracasso nos coloca na desagradável situação de lidar com uma experiência em que a maioria dos casos é negativa, enquanto apenas os casos positivos são bem documentados." Ainda mais condenatório, acrescenta Ruggie (1993, p. 156), parafraseando Hendrik Spruyt, é o fato de que, "em virtude de as formas que sucederam o sistema medieval de governo, excetuados os Estados territoriais, terem sido sistematicamente excluídas de consideração, não há uma variação fundamental nas unidades, pelo lado da variável dependente, nas teorias da construção do Estado".

A idéia jacksoniana dos quase-Estados, portanto, assenta-se numa teoria da soberania baseada num punhado de experiências históricas "bem-sucedidas" de gestão do Estado, nas quais o próprio "sucesso" passou a ser avaliado exclusivamente em termos da capacidade de criar um Estado nacional territorialmente viável, e não em termos da capacidade efetiva de exercer autoridade no sistema mundial como um todo. Uma boa ilustração desse duplo preconceito é o papel desproporcional desempenhado pela França no estabelecimento dos padrões de

capacidade de viver de um Estado tem de ser avaliada de forma



soberania pelos quais tem sido avaliada a "completude" das outras experiências de formação do Estado. Nos séculos XVII e XVIII, a França foi, sem dúvida, a mais "bem-sucedida" organização territorialista da Europa, no que concerne à formação de um Estado nacional. Como tal, tornou-se um modelo a ser imitado por outras organizações territorialistas e estudado pelos historiadores políticos. Pelos padrões reais ou imaginários estabelecidos pela França na formação do Estado nacional, pode-se dizer que as Províncias Unidas, durante toda a sua curta vida de apenas dois séculos, foram um quase-Estado. A rigor, nunca se tornaram um Estado nacional propriamente dito. E, no entanto, no que concerne à formação do moderno *sistema* interestatal — em oposição à formação de uma das mais poderosas unidades que o compõem —, o papel desempenhado pelo transítório Estado holandês foi incomparavelmente maior que o do "modelar" Estado nacional francês. Como veremos, considerações análogas aplicam-se à experiência flagrantemente supervalorizada da formação de cidade-Estado de Veneza, comparada à experiência de formação do sistema mundial de uma quase-cidade-Estado, Gênova.

Essa questão não tem um mero interesse historiográfico. Como foi assinalado na introdução, comparados aos padrões reais ou imaginários de gestão do Estado que os Estados Unidos estabeleceram no último século, para não falar na gestão da guerra, todos os Estados do arquipélago capitalista do leste e sudeste asiáticos são, em graus variáveis, quase-Estados. Entre as "ilhas" do arquipélago, somente a maior, o Japão, é um Estado nacional no sentido pleno da palavra — muito bem-sucedido, altas. Mas até o Japão ainda é um protetorado militar norte-americano no sistema mundial como um todo. As duas "ilhas" de tamanho médio, a Coreia do Sul e Formosa, também são protetorados militares dos Estados Unidos. Além disso, nenhuma delas é um Estado nacional no sentido pleno, vivendo a Coreia do Sul na constante esperança ou temor de se reunir com sua metade setentrional, e Formosa, na constante esperança ou temor de se tornar senhora ou escrava da China continental. Por último, as duas "ilhas" menores, embora de modo algum menos importantes, Cingapura e Hong Kong, são cidades-Estados que combinam tecnologias e arquiteturas ultramodernas com um capitalismo político que faz lembrar as cidades-Estados do Renascimento: as funções de entreposto comercial-industrial exercidas por Cingapura fazem-na assemelhar-se a Veneza, enquanto as funções de entreposto comercial-financeiro exercidas por Hong Kong fazem-na parecer-se com Gênova.

Uma combinação diferente, mas igualmente marcante, de traços ultramodernos e do início da era moderna está presente nos quase-Estados em que Robert Jackson concentrou sua atenção:

Em regiões do Terceiro Mundo como a África e a Ásia meridional, o estudo da história do Ocidente não consegue deixar de notar as visíveis disjunções entre, de um lado, a existência de exércitos do século XX, de aparência ociden-

tal e, de outro, a prevalência de uma política militar que faz lembrar o Renascimento; entre o aparato do governo representativo e o uso arbitrário do poder estatal contra os cidadãos; entre a instauração de burocracias aparentemente convencionais e o uso difundido da organização governamental em benefício de indivíduos. Essas disjunções são mais visíveis nas nações que escaparam recentemente do domínio colonial do que no restante do Terceiro Mundo. (Tilly, 1990, p. 204)

O ressurgimento das primeiras formas modernas da política militar, num mundo ultramoderno ou pós-moderno, não se restringe às regiões do Terceiro Mundo que se livraram recentemente do jugo colonial. Muito antes de o Segundo Mundo dos regimes comunistas haver-se desintegrado numa multiplicidade de nações étnicas, efetiva ou potencialmente em guerra umas com as outras, um relatório da Rand Frison a tendência de as práticas de guerra retornarem aos padrões do início da idade moderna:

Com a continuidade dos conflitos armados esporádicos, dispersos no tempo e no espaço e travados em vários níveis por um grande sortimento de forças nacionais e subnacionais, é bem possível que a guerra, no último quarto do século XX, venha a se assemelhar à guerra no Renascimento italiano ou à guerra no início do século XVII, antes da emergência dos exércitos nacionais e da guerra moderna mais organizada. (Jenkins, 1983, p. 17)

Esse ressurgimento de padrões de gestão do Estado e da guerra do início da era moderna, ao cabo de um processo tridentário de expansão do moderno sistema interestatal, tem sido acompanhado por uma onda de questionamentos da autoridade estatal com poucos precedentes na história moderna. Notando essa tendência, James Rosenau (1990, p. 4-5) perguntou-se "se esses fenômenos, que se sucedem com tanta rapidez, não serão as primeiras manifestações de desvios históricos em que a dinâmica da constância e da mudança é levada a novas formas de tensão, as quais, por sua vez, alteram as estruturas básicas da política mundial". Em seguida, ele sugere que a vida no globo talvez tenha entrado num período de "turbulência" como não se tem experimentado desde que algumas mudanças fundamentais em todas as dimensões da política mundial culminaram no Tratado de Vestfália, de 1648.

A "turbulência" de Rosenau corresponde, em linhas gerais, ao caos sistêmico, que constitui, em nosso esquema interpretativo, uma situação recorrente do moderno sistema interestatal. Um estado de caos e/ou turbulência sistêmicos foi claramente visível quando da instauração desse sistema. Mas repetiu-se duas vezes, tanto enquanto sintoma da desarticulação do sistema, tal como instituído sob uma hegemonia, quanto como ingrediente-chave em sua reconstrução sob uma nova hegemonia.

Esse crescente caos/turbulência sistêmico das décadas de 1970 e 1980 enquadra-se bem nesse padrão de recorrência. Pode ser tomado como um sinal da de-

Tubo/guerra dos anos 1970 e 80 pode ser entendido como novo início.

de longo século XX  
o longo século XX  
de longo século XX  
de longo século XX

sarticularção do sistema, tal como instituído sob a hegemonia dos Estados Unidos, e pode ser projetado como um componente-chave de uma futura reconstrução do sistema, possível mas não certa, sobre novas bases. Contudo, o resurgimento de formas modernas primárias de gestão do Estado e da guerra, em meio a questionamentos da autoridade estatal numa escala e âmbito sem precedentes, sugere que talvez haja realmente algo de especial no atual caos/turbulência sistêmico, em comparação com manifestações anteriores desse fenômeno. É como se o moderno sistema de governo, depois de se expandir tanto quanto podia em termos espaciais e funcionais, não tivesse para onde ir senão "para frente", rumo a um sistema de governo inteiramente novo, ou "para trás", retrocedendo a formas primitivas modernas ou até pré-modernas de gestão do Estado e da guerra.

O sistema parece mover-se "para frente" e "para trás" ao mesmo tempo. Esse movimento duplo sempre foi um traço fundamental do sistema mundial moderno. Em nosso esquema, os "velhos regimes" não fazem apenas "persistir", como na exposição de Arno Mayer (1981) sobre o que se considerou a era da hegemonia britânica. Em vez disso, são repetidamente ressuscitados, tão logo a hegemonia que os superou é, por sua vez, suplantada por uma nova hegemonia. Assim, a hegemonia britânica reconstruiu o moderno sistema de governo em bases espaciais e sociais mais amplas, revivendo sob formas novas e mais complexas alguns aspectos da dominação imperial que fora suplantada quando da hegemonia holandesa. A hegemonia norte-americana, por sua vez, reconstruiu o sistema em bases espaciais e sociais mais amplas, revivendo sob formas novas e mais complexas alguns aspectos do capitalismo de corporações que tinham sido superados quando da hegemonia britânica.

Esse movimento duplo e simultâneo, para frente e para trás, também parece caracterizar a atual conjuntura. A diferença em relação aos períodos anteriores de transições hegemônicas é que a escala e a complexidade do moderno sistema mundial já se tornaram tão vastas que deixam pouca margem para novos aumentos. O duplo movimento e a concomitante turbulência podem estar produzindo, portanto, não uma nova reconstrução do moderno sistema de governo em bases mais amplas, porém sua metamorfose num sistema totalmente diferente, que revitaliza um ou outro aspecto dos modos de dominação do começo da modernidade ou mesmo pré-modernos.

Numa linha similar, John Ruggie (1993) sustentou que o traço principal e mais característico do moderno sistema de governo foi a diferenciação das coletividades em espaços territoriais fixos e mutuamente excluídos de dominação legítima. Embora as formas substantivas e as trajetórias individuais das nações instituídas por essa diferenciação tenham variado ao longo do tempo, sua "essência" é claramente discernível desde o século XVII até os dias atuais. Hoje, porém, essa forma de territorialidade, como base da organização da vida política, parece estar sendo desafiada por formas alternativas de organização política, que não se encaixam no modelo de Ruggie.

esta diaceterada por um espaço funcional não territorial, que cresceu dentro do moderno sistema de governo, mas que constitui uma negação institucional da territorialidade exclusiva desse sistema.

Entre os principais aspectos dessa implosão, Ruggie menciona a ideia do "hiperpaspapo pós-moderno" de Fredric Jameson (1984), resultante da "internacionalização" das relações internacionais dentro das próprias formas institucionais do capitalismo global. Ruggie não tem certeza do que Jameson pretende dizer, exatamete, com o termo "hiperpaspapo". Não obstante, considero-o útil para designar a tendência pela qual "os laços microeconômicos transnacionalizados (...) criaram uma 'região' não territorial na economia mundial — um espaço-de-fluxos descentrado, mas integrado, que opera no tempo real e existe paralelamente aos espaços-de-lugares a que chamamos economias nacionais".

Esses espaços-de-lugares convencionais continuam a manter uns com os outros relações econômicas externas que ainda chamamos de comércio, de investimentos estrangeiros e coisas similares, e que são mais ou menos eficazmente intermediadas pelo Estado. Na região econômica não territorial do globo, entretanto, as distinções convencionais entre interno e externo são sucessivamente problemáticas, e qualquer Estado específico não passa de um estorvo nos projetos estratégicos globais das empresas. (Ruggie, 1993, p. 172)

Isso corresponde à nossa afirmação anterior de que o aumento explosivo do número de empresas multinacionais e das transações dentro delas e entre elas tornou-se o fator mais crucial no definhamento do moderno sistema de nações territoriais como sede primária do poder mundial. Como frisa Ruggie, entretanto, é muito fácil exagerar o ineditismo do "hiperpaspapo pós-moderno" emergente, em virtude das deficiências de nossos hábitos de percepção. Esses hábitos foram formados nos espaços-de-lugares convencionais e são totalmente inadequados para descrever, e menos ainda para explicar, o desenvolvimento do espaço-de-fluxos singular que é gerado pela "internacionalização" das relações internacionais nas estruturas organizacionais do capitalismo mundial. Dada essa inadequação, é possível que os espaços-de-fluxos não territoriais tenham existido paralelamente aos espaços-de-lugares nacionais, sem ser percebidos, durante toda a história do moderno sistema mundial.

Ruggie (1993, p. 154-5, 173) menciona especificamente a semelhança que há entre a atual relação da economia transnacional com as feiras de comércio e a relação das autoridades jurídicas medievais com as feiras de comércio. Os senhores locais podiam suspender, a qualquer momento, o direito à realização de uma feira sediada em seus domínios. Mas não tinham nenhum interesse em fazê-lo, porque as feiras eram uma fonte de receita e de serviços financeiros (em especial o câmbio de moedas) que outros senhores ficariam contentíssimos em acolher em seus próprios domínios. Assim, as feiras prosperaram e, embora não constituíssem uma forma de organização política, elas proporcionaram uma forma de organização política que não se encaixava no modelo de Ruggie.

tivessem um substituto para as instituições do governo feudal, acabaram por minar-lhes a vitalidade.

Elas o fizeram porque a nova riqueza que produziram, os novos instrumentos de transações económicas que geraram, o novo espírito de comércio que difundiram, as novas disposições regulamentares que exigiram, a expansão de horizontes cognitivos que requereram e implantaram, tudo isso ajudou a solapar os laços personalistas e os modos de raciocínio em que se alicerçava a autoridade feudal.

Da mesma forma, as empresas transnacionais de hoje não são um substituto das instituições governamentais do moderno sistema de governo, como insistiu Kenneth Waltz (1979). No entanto, talvez estejam contribuindo para a extinção delas, através dos novos comportamentos que geram e dos novos constructos espaço-temporais que incorporam. Eis o sentido da afirmação de Richard Barret e Ronald Miller (1974, p. 15-6) de que "[os] dirigentes das empresas globais vêm procurando pôr em prática uma teoria da organização humana que alterará profundamente o sistema de Estados nacionais em torno do qual a sociedade tem-se organizado há mais de quatrocentos anos. O que eles estão pleiteando, em essência, é o direito de transcender o Estado nacional e, nesse processo, transformá-lo." Para corroborar essa afirmação, eles citam Carl A. Gerstacher, presidente da companhia Dow Chemical, que se tornou um *locus classicus* da literatura sobre as empresas multinacionais:

Há muito tempo eu sonho comprar uma ilha que não pertença a nação alguma (...) e estabelecer a Sede Mundial da Dow Company no terreno realmente neutro dessa ilha, não comprometida com nenhuma nação ou sociedade. Se nos localizássemos no terreno verdadeiramente neutro de uma ilha assim, poderíamos realmente operar nos Estados Unidos como cidadãos norte-americanos, no Japão como cidadãos japoneses e no Brasil como brasileiros, em vez de ser primordialmente regidos pelas leis dos Estados Unidos. (...) Poderíamos até pagar altas somas a qualquer nativo para que se mudasse para outro lugar. (Citado em Barret e Müller, 1974, p. 16)

Curiosamente, esse sonho com uma não-territorialidade absoluta evoca o sistema das "feiras sem sede" realizadas pela dispersa classe capitalista genovesa há quatrocentos anos. Ao contrário das feiras medievais, essas feiras eram rigidamente controladas por um pequeno grupo de banqueiros mercantilistas, que as realizavam onde quer que lhes aprouvesse, até se estabelecerem no campo realmente neutro de Piacenza. "Os genoveses inventaram um novo comércio", comentou sarcasticamente o florentino Bernardo Davanzati, em 1581, "a que chamam feiras de Bisenzone [o nome italiano de Besançon], onde elas eram realizadas inicialmente. Agora, porém, elas se realizam em Savoia, no Piemonte, na Lombardia, em Trento, nos arredores de Génova e onde quer que agrade aos senhores de Bisenzone e ao Conselho de Génova." (Cited in Elliott, 1970b, p. 96)

Feiras sem sede  
Genoveses  
sede no exterior de Génova  
sua duração  
sist. de feiras sem sede ou, dos lugares sem sede  
AS TRÊS HEGEMONIAS DO CAPITALISMO HISTÓRICO

genoveses. Por conseguinte, seria mais apropriado chamá-las *Utopie*, ou seja, feiras sem lugar" (citado em Boyer-Xambeau, Deleplace e Gillard, 1991, p. 123).

A verdade é que as feiras genovesas só eram uma utopia se vistas pelo vértice do espaço-de-lugares das cidades-Estados em declínio e dos Estados nacionais em ascensão. Do ponto de vista do espaço-de-fluxos das classes capitalistas dispersas, ao contrário, elas eram um poderoso instrumento de controle de todo o sistema europeu de pagamentos interestatais. Os fluxos de produtos e meios de pagamento "externos" às nações em declínio e em ascensão eram, na verdade, "internos" à rede não territorial de comércio a longa distância e de altas finanças, controlada e administrada pela elite mercantil genovesa através do sistema das feiras de Bisenzone (ver capítulo 2).

Parafraseando Ruggie (1993, p. 149), tal como nos sistemas de governo baseados em laços de parentesco, estudados pelos antropólogos a rede de intermediação comercial e financeira controlada pela elite mercantil genovesa ocupava os lugares, mas não era definida pelos lugares que ocupava. Mercados como os de Antuérpia e Sevilha, bem como as feiras móveis de Bisenzone, eram tão cruciais quanto a própria Génova para a organização do espaço-de-fluxos através do qual a dispersa comunidade genovesa de banqueiros mercantis controlava o sistema europeu de pagamentos interestatais. Mas nenhum desses lugares — inclusive Génova — definiu, por si só, o sistema de acumulação genovês. O sistema era definido, antes, pelos fluxos de metais preciosos, letras de câmbio, contratos com o governo imperial da Espanha e excedentes monetários que vinculavam esses locais entre si. Se o análogo do sistema de acumulação genovês "pré-moderno" são os sistemas de governo baseados no parentesco, seu análogo "pós-moderno" mais próximo é o mercado do eudólar, uma de cujas características notáveis, nas palavras de Roy Harrod (1969, p. 319), "é que ele não tem sede nem instalações próprias. (...) Fisicamente, ele consiste apenas numa rede de telefones e máquinas de telex no mundo inteiro, telefones que também podem ser usados para outras finalidades que não as negociações com eudólares". O sistema genovês não dispunha de nenhum meio de comunicação moderno. Em termos físicos, porém, consistia exclusivamente, como o mercado de eudólares de hoje, numa mera rede de comunicações, que podia ser usada para outras finalidades que não o câmbio de moedas.

Os genoveses não foram os únicos a controlar redes não territoriais desse tipo. As "nações" florentina, lucanesa, alemã e inglesa — como eram conhecidas as comunidades dispersas de banqueiros mercantis do século XVI — também o fizeram. Na segunda metade do século XVI, entretanto, a "nação" genovesa emergiu como sendo, sem sombra de dúvida, a mais poderosa entre elas. Em 1617, Sáenz de Figuerola chegou a afirmar que Espanha e Portugal haviam-se transformado nas "Índias dos genoveses" (citado em Elliott, 1970b, p. 96). Essa hipótese contém um importante elemento de verdade. Como detalharemos no próximo capítulo

mercado de eudólar  
de Génova  
sist. de feiras sem sede  
Ocupar o espaço-de-fluxos  
de Génova

Veneza -> prototipo de nação do século XV -> capitalista  
L. 84 O LONGO SÉCULO XX

Grãos -> prototipo de nação do século XV -> territorialistas de Braudel

tulo, nos cerca de cinquenta anos anteriores a 1617, a "não invisível" do capital genovês, operando através do triângulo-de-fluxos que ligava Sevilha, Antúrpia e Bisenzona, havia conseguido transformar as buscas de poder da Espanha Imperial, bem como os esforços industriais da velha rival de Gênova e seu "modelo" de cidade-Estado, Veneza, em poderosos motores de sua própria expansão. Essa poderosa rede não territorial de acumulação de capital era a quintessência do capitalismo em sua estrutura e orientação. Segundo Braudel (1984, p. 118), a abordagem genovesa do capitalismo "era muito mais moderna que [a del] Veneza" e, enquanto cidade-Estado, "é possível [que Gênova] tenha sido meio vulnerável em virtude de sua posição avançada". Se Veneza foi o prototipo de todos os Estados capitalistas posteriores, como afirmamos neste capítulo, a diáspora genovesa de banqueiros mercantis foi o prototipo de todos os sistemas não territoriais posteriores de acumulação de capital em escala mundial:

Durante 3/4 de século, "a experiência genovesa" facultou aos banqueiros mercantis de Gênova, através de seu manejo do capital e do crédito, dar o tom dos pagamentos e transações europeus. Esse (...) deve ter sido, com certeza, o mais extraordinário exemplo de convergência e concentração que a economia mundial europeia já havia testemunhado, enquanto se reorientava em torno de um foco quase invisível. É que o ponto focal de todo o sistema não era nem mesmo a cidade de Gênova em si, mas um punhado de banqueiros financeiros (que hoje chamaríamos de consórcio multinacional). E esse é apenas um dos paradoxos que cercam a estranha cidade de Gênova, que, embora aparentemente tão amaldiçoada pelo destino, tendeu, antes e depois de sua "era de glória", a ser atráida para o topo dos negócios mundiais. Para mim, Gênova sempre parece ter sido, em todas as eras, a cidade capitalista por excelência. (Braudel, 1984, p. 157)

Nesse como em outros pontos, a linguagem e as hesitações de Braudel revelam as dificuldades implícitas em desvendar uma potência capitalista que não é "contida" por um Estado, no sentido de Giddens, mas abrange um sistema de Estados. Essas dificuldades têm raízes na tendenciosidade do nosso aparato conceitual em favor do espaço-de-lugares que define o processo de formação do Estado e contra o espaço-de-fluxos de capital que define o processo de acumulação capitalista. No entanto, historicamente, o capitalismo, como sistema mundial de acumulação e governo, desenvolveu-se simultaneamente nos dois espaços. No espaço-de-lugares — como diz Braudel num texto citado na Introdução — ele triunfou ao se identificar com determinados Estados. No espaço-de-fluxos, em contraste, triunfou por não se identificar com nenhum Estado em particular, mas por construir organizações empresariais não territoriais que abrangiam o mundo inteiro.

Esse desenvolvimento simultâneo em direções opostas deu origem a duas genealogias distintas, mas estreitamente relacionadas, do capitalismo moderno.

Na genealogia esquematizada neste capítulo, o capitalismo moderno originou-se no prototipo do principal Estado capitalista de todas as eras subsequentes: a cidade-Estado veneziana. Na genealogia que exploraremos no restante do livro, o capitalismo moderno originou-se no prototipo da principal organização empresarial não territorial, de abrangência mundial, de todas as eras posteriores: a dispersa "nação" genovesa. A segunda genealogia descreve esse mesmo desenvolvimento como uma sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação.

Hist. Capitalismo europeu sist. mundial de gov. e desenv. de serv. e ec. simultaneamente em dois espaços;

1) Espaço de lugares. Identific. o/ Estados e territórios.

2) Espaço de fluxos, não identific. o/ nenhum Estado e nenhum território.

↳ as lutas de org. não territoriais europeias q. abrangem o mundo todo. Hoje, multinationais são locais etc.

||

livro: Olve 1/ segunda direção do desenv. capitalista.

LEB

LEB